



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE – PPGREC

NÁGILA DE ANDRADE SANTOS

**POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE
DOS PPP's DE ALGUMAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA**

JEQUIÉ

2025

NÁGILA DE ANDRADE SANTOS

**POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS PÚBLICAS :
ANÁLISE DOS PPP's DE ALGUMAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
JEQUIÉ/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades – PPGREC da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidades.

Orientador: Prof. Dr. Silvano da Conceição

JEQUIÉ

2025

S237p Santos, Nágila de Andrade.

Por uma educação antirracista nas escolas públicas: análise dos PPP's de algumas escolas do município de Jequié/BA / Nágila de Andrade Santos.- Jequié, 2025.

81p.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Silvano da Conceição)

1.Educação Antirracista 2.Lei 10.639/2003 3.PPP 4.Racismo
I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 370

NÁGILA DE ANDRADE SANTOS

**POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: ANÁLISE
DOS PPP's DE ALGUMAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e
Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

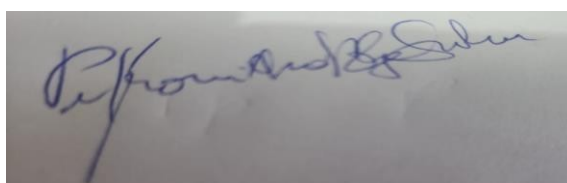
Aprovada em: 31 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVANO DA CONCEICAO
Data: 07/04/2025 10:20:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Silvano da Conceição (UESC) Presidente

da Banca/Orientador



Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (UFSCar) Examinadora
Externa

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE VALDIR JESUS DE SANTANA
Data: 08/04/2025 18:44:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Valdir Jesus de Santana (UESB) Examinador
Interno

**JEQUIÉ
2025**

Dedicatória

Dedico essa pesquisa a todos aqueles que se incumbem a contribuir com uma educação antirracista, buscando estratégias por meio da educação, para colaborar com uma sociedade onde estereótipos não estejam atrelados ao povo negro e nem os impeçam de gozar de uma cidadania plena.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois acredito que todos nós precisamos de forças para prosseguir, e é em Deus que encontro.

A minha mãe, que mesmo não tendo concluído o ensino fundamental, sempre me incentivou a estudar, sem o seu apoio eu não almejaria o ensino superior.

Ao Movimento Negro Educador, que há anos luta em prol de uma reeducação da sociedade brasileira.

Ao orientador, professor Dr. Silvano da Conceição, que me ajudou a lidar com as frustrações de tudo o que eu ouvi e vivi nessas idas e vindas dessa pesquisa, me incentivando, acreditando no meu potencial, tecendo críticas construtivas e elogios incentivadores.

Ao Grupo de Pesquisa Legados Indígenas e Africanos, Relações Étnico-Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional (GEPER), no qual, ainda no início da graduação, tive meu primeiro contato com os estudos sobre as relações étnico-raciais e pude aprender com todos os membros.

À Banca Examinadora, por aceitar o convite para avaliar o trabalho, pelas críticas e sugestões feitas durante o exame de qualificação. Pude aprender com o professor Dr. José Valdir Jesus de Santana, professor no PPGREC, que fez parte desse processo com profissionalismo e humanidade, juntamente com uma das grandes referências nos estudos das relações étnico-raciais no Brasil, a professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, tê-la nessa banca foi um grande privilégio para mim, e isso vai além de rito acadêmico. É também sobre identificação e referência enquanto pessoa negra, mulher e intelectual.

Aos amigos que me auxiliaram nesse processo, com palavras de incentivo e apoio emocional.

Às minhas colegas no PPGREC, que compartilharam apresentações de seminários e me apoiaram nesse processo; Fernanda Silva, Gabriella e Sandy.

Aos funcionários do ODEERE, os vigias, secretária, serviços gerais, sempre muito acolhedores e prestativos, em especial à Aparecida, James, Roquelina, Jacson e Ezequiel.

Aos professores do PPGREC, que contribuíram com conhecimentos que levarei para a vida.

Aos coordenadores e gestores que gentilmente disponibilizaram os projetos

pedagógicos desuas respectivas escolas para esta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

A todos/as/ o meu mais sincero agradecimento!

"Garantir uma educação antirracista é reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial como um componente essencial para a formação de cidadãos plenos e conscientes."
(Kabengele Munanga).

RESUMO

Na presente pesquisa analisamos a implementação da educação antirracista nas escolas públicas de Jequié, Bahia, com base na Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino. O objetivo principal foi verificar se os Projetos Político- Pedagógicos (PPPs) das escolas contemplam a educação para as relações étnico-raciais de forma estruturada. A pesquisa fundamenta-se em autores como: Gonçalves e Silva (2003, 2006, 2007, 2019), Gomes (2003, 2012, 2013, 2017, 2020), Munanga (2004), Guimarães (2003, 2005), Veiga (2002, 2013) e Gadotti (2003,1994). A pesquisa é de caráter qualitativo, com o uso da pesquisa descritiva e documental, tendo como corpus de análise o PPP de sete escolas públicas do município de Jequié-BA. Para a coleta de dados usamos dez palavras de busca relacionadas à Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER). Os achados revelam que, embora algumas escolas façam menção à Lei 10.639/2003, a abordagem é superficial e pontual. Os principais problemas identificados foram: Ausência da palavra "antirracista" em todos os PPPs analisados; a menção ao termo "negro(a)" aparece de forma genérica e sem contextualização pedagógica; falta de planejamento contínuo para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, concentrando-se apenas no Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Conclui-se que a educação antirracista não está devidamente implementada nos PPPs analisados, necessitando de: reformulação, incluindo essa perspectiva de maneira sistemática; formação docente obrigatória sobre relações étnico-raciais; acompanhamento da implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas e, por fim, da produção de atividades que valorizem a cultura africana e afro-brasileira.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Lei 10.639/2003. PPP. Racismo.

ABSTRACT

In this research, we analyzed the implementation of anti-racist education in public schools in Jequié, Bahia, based on Law 10.639/2003, which makes the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture mandatory in the official curriculum of the school system. The main objective was to verify whether the Political- Pedagogical Projects (PPPs) of the schools contemplate education for ethnic-racial relations in a structured way. The research is based on authors such as: Gonçalves and Silva (2003, 2006, 2007, 2019), Gomes (2003, 2012, 2013, 2017, 2020), Munanga (2004), Guimarães (2003, 2005), Veiga (2002, 2013) and Gadotti (2003, 1994). The research is of a qualitative nature, with the use of descriptive and documentary research, having as corpus of analysis the PPP of seven public schools in the municipality of Jequié-BA. For data collection, we used ten search words related to Education for Ethnic-Racial Relations (ERER). The findings reveal that, although some schools mention Law 10.639/2003, the approach is superficial and punctual. The main problems identified were: absence of the word "anti-racist" in all the PPPs analyzed; the mention of the term "black" appears in a generic way and without pedagogical contextualization; lack of continuous planning for the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture, focusing only on Black Awareness Day (November 20). It is concluded that anti-racist education is not properly implemented in the PPPs analyzed, requiring: reformulation, including this perspective in a systematic way; mandatory teacher training on ethnic-racial relations; monitoring the implementation of Law 10.639/2003 in public schools and, finally, the production of activities that value African and Afro-Brazilian culture.

Keywords: Anti-Racist Education. Law 10.639/2003. PPP. Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ERER - Educação para as Relações Étnico-Raciais ODEERE -
Órgão de Educação para as Relações Étnicas

PPGREC - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e
Contemporaneidade

PPP - Projeto Político-Pedagógico

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: atividade desenvolvida por uma professora no dia da consciência negra, 2021 – (MG)..... | 16 |
| Figura 2: atividade desenvolvida por uma professora no dia da consciência negra, 2023 - (PE) | 17 |
| Figura 3: Foto panorâmica da cidade, cortada pelo Rio de Contas..... | 28 |
| Figura 4: Poema ironizou deputados que foram até Jequié; autor desconhecido..... | 30 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Incidência das palavras de busca por Projeto Político Pedagógico. Jequié, 2024....50

LISTA DE QUADROS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 01..... | 52 |
| Quadro 2: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 01..... | 53 |
| Quadro 3: missão, visão e valores do PPP 01..... | 54 |
| Quadro 4: missão, visão e valores do PPP 01..... | 55 |
| Quadro 5: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 02..... | 56 |
| Quadro 6: missão, visão e valores do PPP 02..... | 57 |
| Quadro 7: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 03..... | 58 |
| Quadro 8: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 03..... | 59 |
| Quadro 9: Missão, visão e valores do PPP 03..... | 60 |
| Quadro 10: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 04..... | 61 |
| Quadro 11: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico do PPP da escola 04..... | 61 |
| Quadro 12: missão, visão e valores do PPP 04..... | 62 |
| Quadro 13: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 05..... | 63 |
| Quadro 14: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 05..... | 64 |
| Quadro 15: missão, visão e valores do PPP 05..... | 66 |
| Quadro 16: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 06..... | 66 |
| Quadro 17: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 06..... | 67 |
| Quadro 18: missão, visão e valores do PPP 06..... | 68 |
| Quadro 19: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 07..... | 70 |
| Quadro 20: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 07..... | 70 |
| Quadro 21: missão, visão e valores do PPP 07..... | 72 |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 15 |
| Apresentação: Por Trás Do Nome, O Que Motiva A Pesquisadora?..... | 18 |
| Entre Idas E Vindas: Refletindo Sobre Pesquisa Na Pesquisa..... | 19 |
| 2 CAMINHOS TECIDOS PARA A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA..... | 24 |
| Tipo De Pesquisa Quanto Aos Fins..... | 25 |
| Tipo De Pesquisa Quanto Aos Meios..... | 25 |
| Instrumentos De Coleta De Dados..... | 26 |
| 2.1 Jequié/Ba: História, Insegurança e Dados Educacionais..... | 27 |
| 2.1.1 Jequié: Capital Da Bahia não oficializada..... | 29 |
| 2.1.2 A Cidade mais violenta do Brasil em 2022?!: é preciso mais assistência Pública e incentivo à Educação..... | 31 |
| 2.1.3 Alguns Dados Oficiais sobre a Educação de Jequié/Ba..... | 32 |
| 3 FACES DO RACISMO: CARACTERÍSTICAS RACIALIZADAS DO SER NEGRO E O RACISMO ESTÉTICO..... | 33 |
| 3.1 Relembrando O Sentido Da Utilização Do Termo Raça Na Pesquisa..... | 33 |
| 3.2 Cabelo Crespo e Nariz negroide: alguns dos alvos do Racismo Estético..... | 34 |
| 3.2.1 Cabelo Ruim, de Bicho e de Bombril..... | 36 |
| 3.2.2 Nariz negroide e os apelidos pejorativos..... | 36 |
| 4 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O PPP : CONCEITOS E ANÁLISES..... | 38 |
| 4.1 Projeto Político-Pedagógico da Escola, do que se trata?..... | 41 |
| Conceito do Projeto Político-Pedagógico..... | 41 |
| Um Projeto Educativo pode se Estabelecer como um Compromisso com Determinadas Rupturas..... | 43 |
| O Projeto Político-Pedagógico deve se estabelecer como um processo Democrático..... | 43 |
| 4.2 A Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais..... | 46 |
| 4.3 Diálogos entre as Relações Étnico-Raciais e os PPP's de algumas escolas do município de Jequié..... | 49 |
| 4.4 Contextos nos quais aparecem as palavras de busca nos PPPs das escolas..... | 52 |

| | |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 76 |
| REFERÊNCIAS..... | 78 |
| ANEXOS..... | 81 |
| Links das produções desenvolvidas durante o mestrado..... | 81 |

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de implementar um projeto de educação nos moldes antirracista já é apontada por intelectuais que discorrem sobre a educação para as relações étnico-raciais no Brasil, como a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e a Nilma Lino Gomes. A lei 10.639/2003, conquista da luta do Movimento Negro, lei essa que obriga as escolas públicas e particulares a inserirem em seus currículos o conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira e as contribuições da população negra na construção da sociedade brasileira, completou 22 anos em 9 de janeiro de 2025.

No entanto, há instituições que negligenciam a lei, não inserindo os conteúdos programáticos disponibilizados na letra da lei, e sem referenciar-se nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, não sistematizando esse conhecimento em seus currículos ou dispondo-o de maneira equivocada, o que acarreta em reforçar estereótipos ao povo negro.

Equívocos como disponibilizar atividade no “novembro negro” de simulação de escravizados acorrentados, tendo como protagonistas meninos negros ou uma colagem onde para representar o cabelo crespo é disponibilizado para os alunos bucha de aço. Como aconteceu em Minas Gerais, em Ribeirão das Neves, em 20 de novembro de 2021, onde uma professora disponibilizou aos alunos uma atividade com a figura de um homem negro e nas instruções, ela solicitou que completasse o cabelo do homem com bucha de aço, ela passou a seguinte instrução: “Hoje é dia da consciência negra, 20 de novembro de 2021. Então vocês vão fazer o seguinte. Vocês vão colocar em cima do cabelo, fazendo um efeito com bombril. Ok? Um abraço”.

Figura 1: atividade desenvolvida por uma professora no dia da consciência negra, 2021 – (MG)



Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/11/25/professora-pede-que-alunos-usem-bombril-para-representar-cabelo-crespo-em-atividade-na-grande-bh.ghtml>.

Essa atividade foi desenvolvida no dia 20 de novembro, aniversário de Zumbi dos Palmares e datado como dia da consciência negra, a professora disponibilizou algo que em nada contempla a intencionalidade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Esse tipo de atividade mostra a importância de se ter materiais substanciados, de combate de fato ao racismo, e não uma espécie de “reforço ao racismo”.

Mais um caso semelhante aconteceu em Goiana – Pernambuco, em 2023. Onde uma professora disponibilizou uma atividade para que a bucha de aço representasse o cabelo crespo. Imagem da atividade a seguir:

Figura 2: atividade desenvolvida por uma professora no dia da consciência negra, 2023 - (PE)



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/23/escola-palha-de-aco-cabelo-racismo.htm>

A professora desenvolveu a atividade da imagem acima que tem por títulos “consciência negra” e “minha obra de arte” em uma turma de 14 crianças de 3 anos, pedindo que desenhasse pessoas negras e usasse palhas de aço para representar um “cabelo afro”.

Como é de fato um cabelo afro? Qual textura de cabelo pode ser reconhecida como sendo geneticamente de um grupo étnico? apesar do cabelo crespo não ser de exclusividade de etnias africanas, no brasil, o cabelo crespo, é atrelado a uma identidade afro-brasileira, ao ser negro.

Cabelo esse que em uma sociedade onde o corpo negro é racializado com viés racista, logo, o cabelo é parte que simboliza essa identidade, sendo assim, o “cabelo afro” (crespo) é associado a tudo que possa descaracterizá-lo como cabelo, como aceitável. E a bucha de aço, o “bombril” é racistamente associado ao cabelo crespo. Portanto, fazer uma atividade direcionando que um cabelo crespo seja

representado por esse objeto, é naturalizar os estereótipos racistas.

Atividades como as citadas anteriormente, evidenciam uma falta de formação da educação para as relações étnico-raciais ou uma formação superficializada, aliada a falta de reflexão crítica sobre o próprio fazer docente.

os casos citados foram filmados, fotografados e calhou em reportagem, e quantas outras atividades que prestam esse desserviço não são realizadas em espaços escolares por esse Brasil? Diante disso, fica evidente que trabalhar conteúdos sobre o pretexto de combate à discriminação racial sem se referenciar na lei 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana pode acarretar em reforçar estereótipos racistas. Como nos exemplos das atividades citadas anteriormente, contando apenas a história de sofrimento e desumanização dos africanos e afro-descendentes escravizados, e acionando de forma imagética uma associação racista a um produto utilizado para arear panelas ao cabelo crespo.

Apresentação: Por Trás Do Nome, O Que Motiva A Pesquisadora?

Sou Nágila de Andrade Santos, carinhosamente chamada por Nah e Nagi pelos meus colegas e amigos, sou nascida e criada em Jequié-Ba. Fui uma menina negra e agora sou uma mulher negra. Enfatizar o “Ser Negra” se dá pelo fato de que nunca tive dúvidas sobre a minha etnia, porque o outro, quem me olha, sempre me reconheceu como tal, devido a isso, numa sociedade racializada e extremamente racista com pessoas como eu, o ser criança nesse corpo social, não me permitiu gozar de uma infância essencialmente tranquila, ingênua e despreocupada.

Minha trajetória escolar se deu em uma escola pública, onde passei 11 anos da minha vida, cursando o ensino básico. Nesse espaço, fiz amizades, inimizades, chorei, ri, briguei, e aprendi com diferentes metodologias de ensino-aprendizagem aplicadas pelos professores. Foi nesse ambiente, que comecei a perceber e sentir como a discriminação racial violenta os corpos negros desde a mais tenra idade,

sobretudo os corpos essencialmente negros, com cabelo crespo, pele escura, nariz largo e lábios grossos.

A convivência com piadas pejorativas, comparações depreciativas e constrangimentos diários fazia parte do meu “cotidiano escolar”, esses acontecimentos foram o que me levaram a escolher pesquisar na academia científica sobre o que envolve as dinâmicas sociais e educacionais.

Essa vivência pessoal foi um dos motivos que me levou à escolha do tema da pesquisa, entretanto não o único. O ser professora em formação e os estágios nas escolas, de creche a fundamental I, e a observação de toda dinâmica envolvida nesses espaços me trouxeram a esse trabalho.

Atualmente, minha investigação se debruça sobre a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, com foco na Lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Meu objetivo é analisar como o conteúdo relacionado a essa proposta de educação está presente e efetivamente contemplado no PPP da escola. A pesquisa busca avaliar de que forma a educação pode ser um meio de transformação social, garantindo que a história e cultura africanas e afro-brasileiras sejam devidamente reconhecidas e valorizadas nas escolas. A presença desse conteúdo no PPP é fundamental não apenas para o cumprimento da legislação, mas para a construção de um ambiente educacional mais justo e representativo das realidades históricas e culturais que fazem parte do nosso país.

Entre Idas E Vindas: Refletindo Sobre Pesquisa Na Pesquisa

No percurso de construção dessa pesquisa, inicialmente utilizaríamos a metodologia da pesquisa-ação, imaginando que esse trabalho pudesse contribuir para a abordagem da educação para as relações étnico-raciais (ERER) no trabalho de gestores e docentes numa escola da cidade. Nesse momento, acreditávamos que a presente pesquisa só seria relevante, se utilizasse uma metodologia na qual pudessemos contribuir com conhecimentos adquiridos sobre as relações étnicas e

raciais, diretamente, no campo, com as pessoas.

Com isso em mente, fui a uma escola do município, conversei com a diretora do colégio e expliquei a pesquisa, porém, as falas e olhares enunciavam que esse tipo de pesquisa não era do interesse dela (direção). Malmente ela estabeleceu contato visual comigo, solicitando que eu conseguisse, junto à Secretaria de Educação, uma autorização para fazer a pesquisa na escola. Em nenhum momento não cogitei a ida à secretaria, mas com base na próprio princípio de autonomia das escolas e da construção do PPP, quis optar por ter ações coerentes com discursos dos quais acredito e dissemino, começando primeiramente da base, para depois, com o consentimento de quem está no cotidiano escolar, solicitar a instância que dentro da organização de hierarquização é “superior”.

Na saída, a diretora me ofereceu carona e começou um diálogo, onde inseriu a onomatopeia “mimimi”, destacando que com ela não tinha “mimimi”, e que não gosta disso.

Esse contato com a direção da escola me fez confirmar que a pesquisa não era algo bemquisto por ela, pois, sabemos a intencionalidade de empregar esse termo (mimimi), para satirizar e/ou desqualificar quem reivindica direitos e/ou fala sobre opressões.

Depois dessa conversa, me questionei muito sobre a metodologia deste trabalho, sobre o que faria dele uma pesquisa realmente séria, acadêmica, validada. Enquanto questionava a pesquisa, me desloquei para outra escola do município.

Novamente, conversei com a direção, depois de inúmeras idas e vindas (por questões de desencontros, saúde) encontrei uma recepção diferente, fui olhada nos olhos, ouvida atentamente, entretanto, a diretora da escola disse algo que me fez retornar para o questionamento do melhor método para essa pesquisa. A diretora me disse o seguinte: “o que mais dificulta o trabalho é o não querer fazer de alguns docentes, alguns deles acham que isso não existe ou que o combate ao racismo ficou no passado. Por acreditar ser uma pauta partidária, e/ou irrelevante na atualidade”.

Depois desses processos, participei de uma jornada pedagógica e durante o

intervalo, após uma palestrante contratada para falar sobre racismo na escola, pude captar uma conversa espontânea entre algumas auxiliares de classes e professoras. Nessa conversa, as participantes, de maneira implícita, demonstraram uma resistência aos diálogos promovidos pela palestrante, afirmando que "todo ano era a mesma conversa", e nos achismos delas "as pessoas veem problemas em tudo". Essa conversa, embora informal, mostra uma tensão: de um lado, a necessidade de promover novas práticas educativas, de um ensino continuado para incluir e reconhecer as identidades que ao longo da história do Brasil foram marginalizadas; do outro, uma conduta que menospreza tais ações, corroborando a persistência de práticas e concepções ultrapassadas no cotidiano escolar.

Condutas como essas acabam por garantir a manutenção do racismo, uma vez que não há uma prática direta do racismo, mas de forma indireta, pela minimização de uma problemática social, por colocá-lo num lugar de pouca ou nenhuma relevância.

Os achismos das pessoas diante do que é ou não racismo ou a depreciação ao referir-se a pessoas que falam sobre opressões como "vitimistas" serve de instrumentalização para a manutenção do racismo. Descredibilizar e silenciar, faces do racismo para operacionalizar a discriminação.

Há quem despreze esse conhecimento, mesmo após falas, oficinas de extensão, há quem torne a barreira intransponível. Sendo assim, tudo o que é ofertado sobre o conhecimento africano e afro-brasileiro não é significado por esse sujeito. Na trajetória dessa pesquisa, após as idas e vindas, me veio o seguinte questionamento: como falar sobre a importância de se fazer um trabalho para uma educação antirracista para quem "tapa os ouvidos?".

Nessa luta de querer mostrar a todo custo a relevância de uma educação antirracista, ingenuamente nos esquecemos da dinâmica de poder e hierarquização que se sobrepõe ao discurso, e de que dentro do espaço escolar, as pessoas que disseminam que racismo não existe também podem estar fazendo parte do quadro de funcionários, e que há pessoas que usam o "não saber" sobre algo para não discutir sobre. Em certos contextos, fazer valer o uso da obrigatoriedade, pode ser o

único recurso, não de forma coerciva, mas sob o crivo da justiça social/educacional. Podendo pelo menos garantir um material bem referenciado e substanciado, para uma boa instrução.

Nesse cenário, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, também conhecido como documento de identidade (Veiga, 2013), emerge como um componente fundamental para contribuir com um projeto de educação antirracista. No presente trabalho, exploraremos o potencial do PPP da escola como um potencializador na luta contra o racismo e na promoção da diversidade e equidade racial. Analisaremos como a estrutura, os princípios e as práticas delineadas no PPP podem contribuir para a construção de uma educação que reconheça, respeite e valorize a pluralidade cultural e étnica de nossa sociedade.

Partindo de uma revisão teórica sobre os fundamentos da educação antirracista e do papel crucial do projeto político-pedagógico, se o racismo é diário e perverso necessitamos que a educação se organize de forma a enfrentá-lo cotidianamente, garantindo referências consistentes de conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira. Nesse sentido, entendemos que o PPP da escola, enquanto um documento que reflete a consciência e a autonomia da escola, precisa conter posicionamentos explícitos sobre a luta antirracista.

Esse posicionamento se faz necessário porque a implementação de leis e diretrizes, por si só, não garante a erradicação do racismo sistêmico e estrutural que recai sobre a população negra brasileira. Para que sejam efetivadas, as leis precisam ser fiscalizadas e, em se tratando da educação para as relações étnico-raciais, a obrigatoriedade, contida na Lei 10.639/2003, ainda é negligenciada em muitos espaços escolares.

O enfrentamento ao racismo (estrutural e estruturante), em nossa sociedade, requer lançar mão de estratégias. E, nessa pesquisa, o PPP da escola é elencado como um importante meio de contribuição para uma educação antirracista, evidenciando a potência do PPP (enquanto um documento que configura autonomia e identidade à escola) para a promoção de uma educação que permita compreender e reconhecer o diferente, dispondo-se como agentes sociais na luta contra todas as

formas de preconceito, opressão, discriminação e racismo presente na sociedade. Para um projeto efetivamente antirracista na educação, depende-se da decolonização do currículo, compondo-o com saberes contra hegemônicos, demarcando lugar, sistematizando os saberes de África e da população negra do Brasil (BALTAR, 2020; MAZO & YATIM, 2014). Nesse sentido, compreendemos que o PPP pode ser um excelente guia para a construção de um currículo que decolonize saberes.

2 CAMINHOS TECIDOS PARA A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Esta pesquisa buscou sulear-se¹ pelo seguinte questionamento: que perspectiva de educação para as relações étnico-raciais os PPP's, de algumas escolas de Jequié-Ba, enunciam? Essa indagação tem como respaldo o conjunto de obrigadoriedades exigidas pela lei 10.639/2003, que alterou a LDB com o acréscimo dos artigos 26-A e 79-B. E, sendo assim, será averiguado se foram incluídos os conteúdos referentes a educação para as relações étnico-raciais, que ensinem sobre a África (suas culturas e história) e o povo negro brasileiro, destacando as suas contribuições na construção da sociedade brasileira, além de observar se os acréscimos desses conteúdos são articulados de forma interdisciplinar, como apontado na lei supracitada.

A pesquisa é de caráter qualitativo, com o uso da pesquisa descritiva e documental, tendo como corpus de análise o PPP de sete escolas públicas do município de Jequié-BA, o objetivo geral deste trabalho é: analisar de que forma o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira é concebido e explicitado nos projetos político-pedagógicos de algumas escolas públicas de Jequié-Ba. Tendo como objetivos específicos dois: 1) identificar a presença do conhecimento africano e afro-brasileiro nos PPPs de algumas escolas públicas de Jequié/BA; 2) avaliar a conformidade dos PPPs com as diretrizes legais e políticas educacionais referentes ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Com o propósito de averiguar como a educação para as relações étnico-

¹¹ O uruguaio, artista plástico, Joaquín Torres García propôs uma metáfora, que antecipava a perspectiva do suleamento, em 1943, desenhou o mapa da América de cabeça para baixo, mostrando o mundo de outra perspectiva. “Nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, senão por oposição ao nosso Sul”. Já em 1991, o físico brasileiro Marcio D’Olme Campos publicou o texto “A Arte de sulear-se”, no qual, pela primeira vez, fez menção aos termos “sulear-se” e “suleamento”. Marcio Campos questiona a demarcação de certos espaços e tempos, períodos e épocas da História Universal e da Geografia que foi imposta pelos países considerados centrais no planeta. Em 1992, o educador Paulo Freire, fez uso do vocábulo “suleá-los” em oposição ao verbo nortear na página 15 do livro *Pedagogia da Esperança*, que propõe “Um reencontro com a pedagogia do oprimido”. Freire chama a atenção para a conotação ideológica dos termos nortear, nortear-lo, nortear-se, orientação, orientar-se e outras derivações, citando como referência o físico Marcio D’Olme Campos (Silva Júnior, 2003).

raciais está inserida nesses documentos. O instrumento de coleta de dados, junto aos PPPs, buscará identificar a presença, ou não, de dez palavras de busca diretamente associadas à educação para as relações étnico-raciais.

Tipo De Pesquisa Quanto Aos Fins

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, na medida em que, de acordo com Creswell e Creswell (2021, p. 17), “a pesquisa qualitativa é uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. A pesquisa qualitativa é de fundamental importância na realização da análise das experiências dos sujeitos, tendo em vista que é por meio dela que o pesquisador é introduzido no ambiente que o mesmo almeja estudar. A finalidade é compreender se as escolas estão implementando uma educação antirracista a partir da obrigatoriedade apresentada pela Lei 10.639/2003, tanto na rede particular como na pública de ensino.

Tipo De Pesquisa Quanto Aos Meios

Trata-se de uma pesquisa descritiva que, tal como propõe Gil (2022, p 42), têm como objetivo primordial a descrição das características de um fenômeno ou de uma determinada população ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a observação sistemática. A pesquisa descritiva é base fundamental para compreender características de populações e fenômenos sociais, sendo extremamente útil para o planejamento e a tomada de decisões em diversas áreas, como: políticas públicas, educação e saúde.

Tendo como corpus de análise o Projeto Político-Pedagógico de sete escolas

públicas do município de Jequié-Ba, com o propósito de identificar se a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) está referenciada nas atividades/linhas de ação propostas dentro do PPP. De acordo com Gil (2002, p. 47) “(...) algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios”. Outro aspecto importante a ser destacado é que “a pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

Nesse sentido, a revisão bibliográfica do tema da pesquisa é importante para compreensão do que é um PPP para, posteriormente, posicionarmos a discussão sobre a urgência de uma educação antirracista e a importância de recorrer aos conteúdos programáticos da lei 10.639/03. Esse percurso é fundamental para a promoção de uma educação que contemple o que é requerido na lei supracitada.

Instrumentos De Coleta De Dados

Para a coleta dos dados serão usados os Projetos Político-Pedagógicos de sete escolas do município de Jequié. O instrumento de coleta se constitui de dez palavras de busca - africano(a), afro-brasileiro(a), antirracista, conscientização, diversidade, equidade, étnico, igualdade, negro (a) e racismo -, por meio das quais procuramos identificar se há um projeto de educação antirracista estrategicamente articulado nesses documentos, tal como preconizado pela lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

Portanto, faremos uma varredura nas seções do Projeto Político-Pedagógico (que abordam os valores, a missão, os objetivos e a grade de disciplinas/conteúdos) para averiguarmos se há propostas de atividades que contemple os conteúdos da lei e se elas estão referenciadas nas diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais.

Também utilizaremos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), como procedimento para a análise dos dados, uma vez que a compreensão dos cenários em que as palavras de busca aparecem nos PPP's revela compromissos importantes com a aplicação da Lei 10.639/2003. Esta análise é realizada por meio de um conjunto de instrumentos metodológicos que é utilizado mediante discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Para essa autora “o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a «inferência- sempre que é realizada pode ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.)” (Bardin, 1977, p. 115). As seções do PPP das escolas fornecem importantes indícios de como o conhecimento da cultura e história da população negra e africana têm sido intencionalizada no Projeto Político-Pedagógico e se atendem aos requisitos propostos pela lei 10.639/2003.

2.1 Jequié/Ba: História, Insegurança e Dados Educacionais

O município de Jequié é originado da sesmaria do capitão-mor João Gonçalves da Costa, que sediava a fazenda Borda da Mata. Esta, mais tarde, foi vendida a José de Sá Bittencourt, refugiado na Bahia após o fracasso da Inconfidência Mineira. Em 1789, com sua morte, a fazenda foi dividida entre os herdeiros em vários lotes. Um deles foi chamado Jequié e Barra de Jequié. Jequié, nome indígena para designar "**onça**", em alusão a grande quantidade desses animais na região. Outros historiadores já afirmam que o topônimo tem origem no "**jequi**", um objeto afunilado, muito utilizado pelos indígenas mongóis para pescar no Rio de Contas. O município de Jequié está localizado a **365 km** de **Salvador**, situado na região sudoeste, zona limítrofe da mata e da caatinga, conhecido como “cidade sol”, por seu clima quente e ensolarado quase o ano inteiro. Quem nasce em Jequié tem seu gentílico atendido por jequieense. A cidade é habitada, como aponta o **IBGE** (2022), por **158.813** pessoas.

Figura 3: Foto panorâmica da cidade, cortada pelo Rio de Contas.



Fonte: google imagens

O município se desenvolveu a partir da movimentada feira que atraía comerciantes de todos os cantos da região, no final do século XIX. Pertencente ao município de Maracás de 1860 a 1897, Jequié abastecia as regiões Sudeste e Sudoeste da Bahia, assim como a bacia do Rio de Contas.

Pelo curso navegável do Rio de Contas, pequenas embarcações desciam transportando hortifrutigranjeiros e outros produtos de subsistência. No povoado, os mascates iam de porta em porta vendendo toalhas, rendas, tecidos e outros artigos trazidos de cidades maiores. Tropeiros chegavam igualmente a Jequié carregando seus produtos em lombo de burro. O principal ponto de revenda das mercadorias de canoeiros, mascates e tropeiros deu origem à atual praça Luís Viana, que tem esse nome devido a uma homenagem ao governador da Bahia que emancipou a cidade.

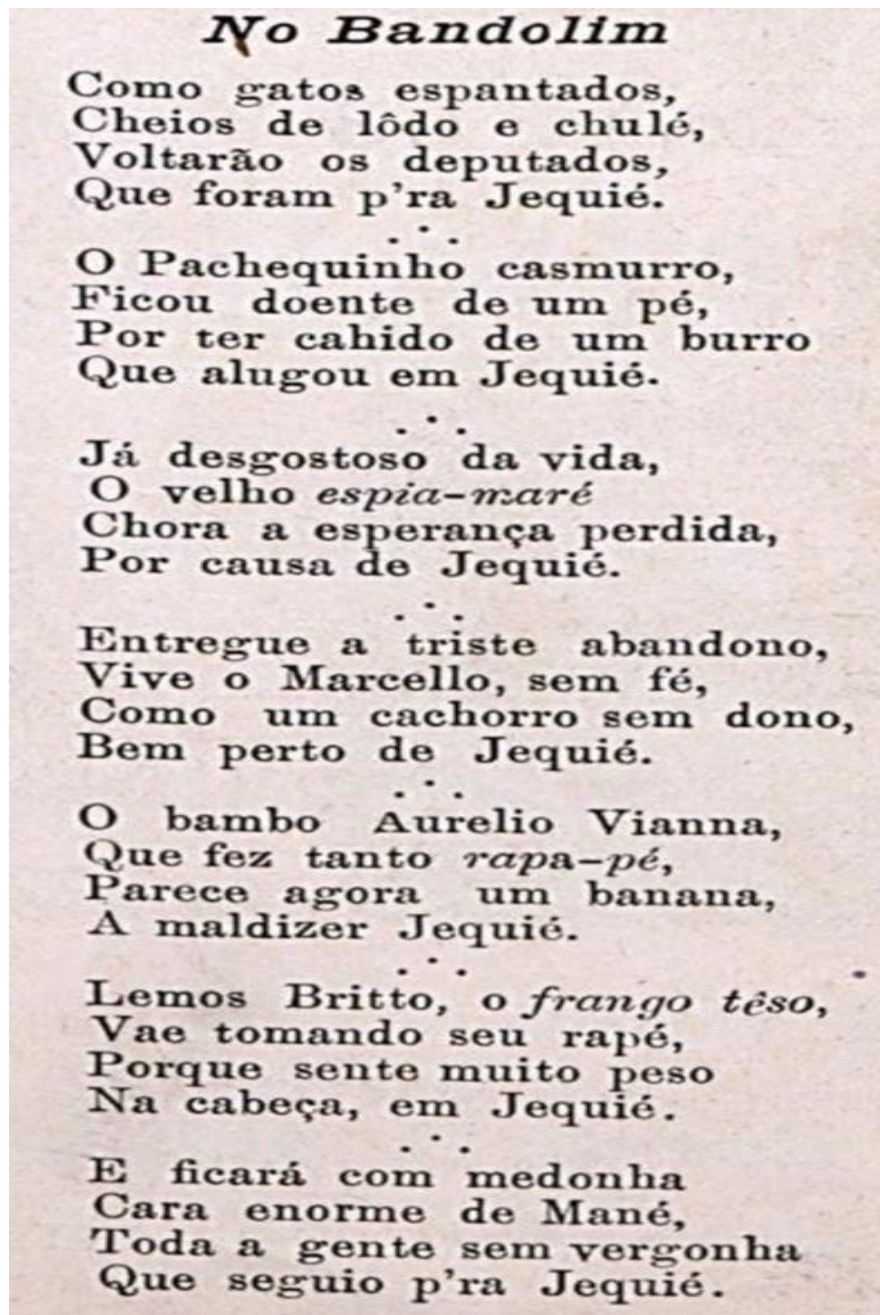
Ali veio a desenvolver-se a primeira feira livre da cidade que, a partir de 1885, ganhou mais organização com a decisão dos comerciantes italianos: José Rotondano, José Niella e Carlos Marotta, de comprarem todo o excedente dos canoeiros e de outros produtores.

2.1.1 Jequié: Capital Da Bahia não oficializada

Na década de 1910 quatro grupos políticos disputavam o poder na Bahia: vianistas, seguidores de Luiz Viana; severinistas, apoiadores de Severino Vieira; marcelinistas, partidários de José Marcelino; e seabristas, trupe comandada por José Joaquim Seabra, o J.J. Seabra. Como um dos frutos dessa disputa política, em 22 de dezembro de 1911, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Aurélio Rodrigues Viana, ao tomar posse do governo, tomou a decisão de transferir a capital do estado de Salvador para Jequié. Essa medida inesperada gerou uma comoção imediata por parte do Governo Federal, que, num gesto de força, bombardeou Salvador e, sentindo-se desprestigiado e sem força política, Araújo Pinho, eleito governador em 1908, renunciou ao cargo em 13 de dezembro de 1911. A lei determinava que Leôncio Galvão, presidente do extinto Senado Baiano, assumisse o cargo, porém, alegando motivos de saúde, ele recusou o posto, que caiu no colo de Aurélio Viana, presidente da Câmara dos Deputados.

Já em 1911 Jequié era um entreposto usado por boiadeiros que rumavam do litoral ao sertão. Como o município só recebeu uma estação em 1927, a cidade era acessada apenas via cavalo ou embarcações pequenas que navegavam pelo Rio de Contas.

Figura 4: Poema ironizou deputados que foram até Jequié; autor desconhecido.



Fonte: <https://www.correio24horas.com.br/coronistas/baianidades/ha-mais-de-100-anos-treta-entre-grupos-politicos-fez-jequie-virar-capital-da-bahia-0324>

Esse episódio, marcado por simbolismo e desencadeado em tragédia, é um dos acontecimentos de um período conturbado na historiografia de Jequié. No ano de 1914, o município sofreu com uma tragédia de ordem natural (enchente) que

arruinou boa parte da infraestrutura local.

Esse fenômeno, com suas camadas de tragédia e recomeço, é um reflexo das transformações históricas que marcaram a cidade, e serve como uma lembrança das dificuldades e dos esforços de reconstrução que permearam a história de Jequié e sua construção/reestruturação ao longo das décadas².

2.1.2 A Cidade mais violenta do Brasil em 2022?!: é preciso mais assistência Pública e incentivo à Educação

As localidades mais afastadas do centro da cidade tem sido morada de grupos ligados ao tráfico de drogas. Em 2022, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Jequié era a cidade mais perigosa do Brasil. De acordo com o anuário de 2023, o município garantiu o terceiro lugar nacional, com 134 mortes por assassinato.

As localidades mais afastadas do centro, onde são cenários dessa criminalidade, acabam por ficar estigmatizadas, e os moradores pagam a conta disso. Alguns prestadores de serviços como, motorista particular de aplicativo e moto-táxis evitam circular nesses espaços ao cair da noite, o que dificulta a locomoção dos moradores que não possuem veículo, deixando apenas uma opção, andar a pé, independentemente da distância do destino.

Os residentes de bairros considerados “nobres” ou mais afastados das ruas onde já houve algum tiroteio cristalizam esse acontecimento e acreditam que os moradores convivem com tiroteios no café, almoço, jantar e de segunda a sexta. E saem marginalizando essas localidades, atribuindo como lugar “perigoso”, sem contextualização.

Não se pode minimizar criminalidade, mas é preciso levar ao conhecimento da população qual é o perigo que de fato existe nesses bairros. Que o poder público

² Disponível em <https://www.jequie.ba.gov.br/historia>
<https://www.camarajequeie.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>

Data de acesso: 02/12/2024.

leve mais assistência aos bairros à margem do centro, de forma preventiva.

A educação também é um meio preventivo contra o fortalecimento da criminalidade. Não presumir um futuro na criminalidade de crianças e jovens que vivem em bairros periféricos ou por terem familiares encarcerados deveria ser de entendimento coletivo no corpo escolar. Os meios não devem, melhor, não pode-se deixar que os meios justifiquem o fim.

2.1.3 Alguns Dados Oficiais sobre a Educação de Jequié/Ba

Segundo dados do **IBGE**³ (2010), a taxa de escolarização dos munícipes entre as idades de 6 a 14 anos era de 97,4%. Em relação ao **IDEB** na rede pública: nos anos iniciais do ensino fundamental (2023) é 4,5, anos finais do ensino fundamental (2023) 3,6. Já o número de matrículas (2023): no ensino fundamental foram 20.683, no ensino médio 6.015. O número de docentes no ensino fundamental (2023) 945, no ensino médio 463 (2023).

A cidade possui cento e três (103) escolas públicas. Desse total, cinquenta e oito (58) ofertam educação infantil, setenta e nove (79) o ensino fundamental, treze (13) o ensino médio e vinte e quatro (24) a Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁴.

³<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>

Data de acesso: 05/05/2024.

⁴<https://qedu.org.br/municipio/2918001-jequie/busca>

data de acesso: 10/04/2025.

3 FACES DO RACISMO: CARACTERÍSTICAS RACIALIZADAS DO SER NEGRO E O RACISMO ESTÉTICO

Neste capítulo, refletiremos sobre as faces do racismo, dando ênfase ao racismo estético. Partindo do entendimento sobre raça. Seguindo com diálogos sobre o racismo estético e as características essencializadas do ser negro como; pele escura, cabelo crespo e nariz largo, e refletindo sobre a importância da educação antirracista como projeto de educação.

3.1 Relembrando O Sentido Da Utilização Do Termo Raça Na Pesquisa

O conceito de raça atualmente, não é empregado de forma biológica, ao pesquisarmos sobre as relações raciais, compreendemos o termo raça sob a ideologia que foi construída sob essa terminologia. E, como uma ideologia é estabelecida sob uma relação de poder e dominação, a raça é concebida de forma política-ideológica (Munanga, 2003).

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnosemântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (Munanga, 2004, p. 6).

Utilizar o termo raça na pesquisa não é aceitar que existem diferentes raças na espécie humana, não existe subespécies de gente. O termo é usado dentro

do campo semântico da palavra, que é empregada socialmente, ideologicamente, por uma relação de desigualdade entre grupos étnicos.

Como ressalta Gomes, 2020. p. 40):

(...) Não se pode falar de raça numa perspectiva política sem destacar o contexto e as contingências históricas nas quais os negros constroem as suas experiências sociais e identitárias. Nesse sentido, concordo com a leitura realizada por algumas entidades do movimento negro e cientistas sociais ao destacarem raça na sua dimensão histórica, social, política e cultural, afastando-se da crença no determinismo biológico e questionando a ideia de purismo e de supremacia racial.

Os negros constroem suas experiências sociais e identitárias sob os moldes do racismo, portanto, são racializados nos espaços sociais. Suas identidades são destroçadas. O negro na sociedade brasileira, vive em conflito entre o auto-ódio (gerado por terceiros) e a necessidade de se amar, para não sucumbir. O negro, no Brasil, não nasce humano, ele precisa se humanizar a partir de uma consciência e leitura crítica da sociedade em que habita.

3.2 Cabelo Crespo e Nariz negroide: alguns dos alvos do Racismo Estético

O combo alvo do racismo estético; cabelo crespo, pele escura, nariz largo. Essa discussão não é um lugar de disputa, não é para dizer quem é mais ou menos negro, é para refletirmos sobre as características que são alvos do racismo estético na sociedade, sobretudo, dentro do espaço escolar, de como as crianças, jovens adultos que tem essas características, têm a sua identidade totalmente destruída. Por apenas existir e ser quem é, ter características que são entendidas como características de pessoas negras, fazem com que essas pessoas sejam cotidianamente alocadas no lugar de feiúra, entendendo o ser feio no campo discriminatório, como aponta a autora Nilma Lino Gomes:

Engana-se quem pensa que a construção cultural da beleza apresenta como principal característica o fator de ser inclusiva. De fato, ela pode servir de critério para a aproximação e afirmação de um nós em relação a outro. Entretanto, quando a ideia de beleza é construída por um grupo, num contexto de dominação ou de diferenciação cultural, ela pode

servir não só de marca distintiva como também discriminatória. Em nome da ausência de beleza, pode-se excluir e segregar. Nesse caso, a beleza é usada como referência para a criação do seu oposto, a feiura. E ao eleger a feiura como aquilo que está fora do que atinge positivamente nosso campo sensorial, pode-se usar, determinar a concepção de beleza como hegemônica e. E hierarquizar pessoas, grupos, povos, raças e etnias. A feiúra é uma construção cultural que atua como o posto da beleza. Ambas dizem respeito à relação exclusão/inclusão (Gomes, 2020, p. 312).

As crianças negras constroem sua identidade mediante conflitos de desqualificação e positivação de seu pertencimento étnico-racial. São acolhidas em seus “lugares seguros”, família, amigos, comunidade negra e achincalhadas na rua escola (Silva, 2015).

Em uma sociedade plural e diversa, mas racista, a etnia hegemônica é quem dita o que é bonito, e vende essa ideia nas propagandas, revistas. Até o ser feio passa pelo viés ideológico. E isso reflete e impacta na autoestima desses sujeitos, que são considerados feios numa concepção racista, portanto, logo são desumanizados.

A autoestima não é puramente estética, apesar de ser explicitamente estética, a autoestima baixa impacta para além da questão externa, pois, pode afetar a mente, fazendo com que elas se sintam menosprezadas, que elas cultivem em si um auto-ódio, rejeitando assim, tudo o que possui. A régua da beleza tem métricas racistas. A autora Nilma Lino Gomes, em seu livro, “sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”, cita as características que mais são alvos dessa construção de beleza sob a ótica racista:

(...) Quanto mais preto é a cor da pele e mais crespo é o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a se desvalorizar, não só esteticamente, mas também enquanto seres humanos. O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto, lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e as mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem aquilo que ele - o racismo - coloca à sua frente (Gomes, 2020, p. 19).

O ser feio numa sociedade racista estará associado ao grupo que é inferiorizado. Problematizar o que é ser bonito, a feiúra, não está na camada da

superficialidade/vaidade. Está para além da estética, é um convite à reflexão para a desconstrução de ideologias racistas sobre os corpos negros, para os não negros e, principalmente, para os negros. Buscando provocar todas as pessoas negras a quebrarem o espelho que reflete o racismo, e, a se olharem através do conhecimento da beleza, humanidade e força que sua cor, cabelo, e todos os seus traços carregam. Refletindo a ancestralidade dos povos africanos.

3.2.1 Cabelo Ruim, de Bicho e de Bombril

O cabelo crespo é uma das características que mais sofre ojeriza nas rodinhas de “zoação”. Nascer com um cabelo tipo 4c, sem cachos, sem definição, para muitas meninas negras, principalmente no processo escolar, é estar constantemente carregando um “acessório de tortura”. Cabelo esse que os colegas até tentam “esconder” objetos dentro, nesse movimento de achar que o corpo da mulher negra é de uso público, onde as pessoas se sentem autorizadas a tocar e a compará-lo com os termos mais depreciativos possíveis, como dizer que é um cabelo ruim, um cabelo de bicho e que é um “bombril”.

Meninas negras com cabelo crespo se veem sendo hosrilizadas a todo momento. O cabelo crespo, na sociedade brasileira é entendido como linguagem, sendo assim, sem dizer uma palavra, apenas sendo visibilizado, ele anuncia como se dão as relações raciais nessa sociedade (Gomes, 2020).

3.2.2 Nariz negroide e os apelidos pejorativos

O nariz é outra característica que é alvo de discriminação. Pessoas negras que possui o nariz mais largo tem ele associado a palavras pejorativas, como dizer que o nariz é um nariz que o boi pisou, que é uma venta.

O Brasil é o país número 1 em rinoplastia no mundo, segundo os últimos dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS). Dentre esses pacientes, apesar de não se ter dados precisos, há uma parcela significativa de

peessoas negras, e muitos que ainda não fizeram, mas idealizam ou já idealizaram esse tipo de cirurgia, para “corrigir” algo, que segundo uma idealização eugênica de beleza, é um defeito:

(...) há uma conceituação dada à cirurgia plástica como mecanismo de cura da raça, por meio da correção de “defeitos”, desarmonias e “problemas”, sendo classificada como responsável por corrigir os erros da natureza (biológica) que enfejavam racialmente as mulheres. Nesse sentido, propagava-se a ideia de que a ferramenta médica disponível na cirurgia plástica era adequada para o aprimoramento da imagem corporal feminina, ocultando as características raciais africanas ou indígenas socialmente indesejadas. Assim, compactuava-se com as diretrizes ideológicas do movimento eugenista defendido por Renato Kehl, reafirmando a importância da busca por aprimoramento estético como estratégia de desenvolvimento individual e coletivo (Sanchez e Sacramento, 2023).

O nariz considerado “étnico” numa sociedade que atribui o sentido de beleza a uma idealização branca, de nariz fino, arrebitado, é concebido como feio, inaceitável, um suposto defeito a ser corrigido, mutilado. Destituir-se de si, de sua identidade, ancestralidade, é uma ideologia difundida sob o reflexo narcísico de uma branquitude. É preciso quebrar esses espelhos herdados, e questionarmos mais essa idealização do aceitável, que adoce pessoas negras, pois, veem suas características no antônimo de aceitável.

4 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O PPP : CONCEITOS E ANÁLISES

Mas, afinal, no que consiste ser antirracista? O prefixo da palavra, “anti”, já anuncia o que é requerido, ou seja, não normalizar práticas discriminatórias e, quando se deparar com elas, estabelecer questionamentos sobre, buscando promover reflexões nesses indivíduos sobre essas ações. Ser antirracista requer ser agente social, tomar consciência em ser um cidadão ativo, que participa e toma partido/posição dentro da sociedade.

Para Guimarães (2005) o antirracismo institucional no Brasil tem raízes profundas na história e na literatura do país, com a abolição da escravatura em 1888 e a falta de segregação formal ou conflitos raciais. Contudo, ele critica a visão popular de que o Brasil é uma democracia racial, argumentando que essa percepção esconde desigualdades raciais que estão profundamente enraizadas e que são "naturalizadas" pela linguagem de classe e cor.

O antirracismo está para além de uma definição conceitual, ele se estabelece a partir de movimentações contra práticas racistas e com ações de combate. Guimarães descreve como a luta antirracista ocidental influenciou a percepção do racismo no Brasil. Ele observa que, enquanto o programa político do antirracismo ocidental enfatizava a cidadania legal e formal, no Brasil, isso muitas vezes camuflava o verdadeiro racismo, que se manifestava através de barreiras intransponíveis de "preconceito de cor". Ele também discute a transformação das percepções antirracistas ao longo do tempo, especialmente após o Movimento dos Direitos Civis nos EUA e a migração em massa dos chamados povos do Terceiro Mundo (originários de países tidos como subdesenvolvidos) para a Europa, o que levou ao reconhecimento de um "novo racismo", ou um "racismo sem raça", baseado em diferenças culturais absolutas.

O conceito de antirracismo para Guimarães envolve reconhecer e enfrentar essas desigualdades mascaradas e entender o racismo como uma construção social e cultural, e não apenas biológica. Ele destaca a importância de uma luta antirracista que vá além da simples negação do conceito de raça e aborde as estruturas sociais e

históricas que perpetuam a discriminação racial. Enfim, pelo fato de o racismo ser uma problemática social, não ser racista é insuficiente para desencadear mudanças consistentes na estrutura social, já que a sociedade brasileira está estruturada num histórico processo de racialização. Portanto, se faz necessário uma postura de combate/enfrentamento ao racismo, ressaltando que não estamos falando de violência, mas da dialogicidade, afinal, diante de uma prática que é criminalizada, àqueles que a presenciam em silêncio são cúmplices desse ato.

Como se vê, é complexa, mas não impossível, a tarefa de tratar de processos de ensinar e de aprender em sociedades multiétnicas e pluriculturais, como a brasileira. Abordá-los pedagogicamente ou como objeto de estudos, com competência e sensatez, requer de nós, professores(as) e pesquisadores(as): não fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que “naturalmente” integram o dia-a-dia de homens e mulheres brasileiros; admitir, tomar conhecimento de que a sociedade brasileira projeta-se como branca; ficar atento(a) para não reduzir a diversidade étnico-racial da população a questões de ordem econômico- social e cultural; desconstruir a equivocada crença de que vivemos numa democracia racial. E, para ter sucesso em tal empreendimento, há que ter presente as tramas tecidas na história do ocidente que constituíram a sociedade excludente, racista, discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar (Silva, 2007, p. 492-493).

É nesse sentido que afirmamos que o campo educacional é imprescindível para formar cidadãos comprometidos em solucionar as problemáticas existentes na sociedade, com senso coletivo, partindo do entendimento que se o direito de existir (em sua plenitude) do outro está sendo afetado, enquanto parte desse sistema, intervir é preciso. A Lei 10.639/03 dispõe de conteúdos programáticos que auxiliam e facilitam a sistematização de um conhecimento que vise o antirracismo.

No tocante aos dilemas, desafios e limitações da Lei 10.639/03 nas instituições de ensino, Gomes e Jesus (2013) destacam que há espaços educativos que desenvolvem um trabalho efetivo, mas há espaços onde as perspectivas da lei se dão de forma descontinuada, utilizando, por exemplo, o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) como único referencial e momento para o ensino da história e cultura africana e afro- brasileira. Geralmente, essas limitações da educação para

as relações étnico-raciais nas escolas ocorrem em instituições escolares que não incorporam a legislação educacional pertinente a essa temática em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), ou seja, não consultam/ignoram o conteúdo programático estabelecido na lei 10.639/2003 que, a médio/longo prazo, poderiam propiciar a superação do racismo institucional e estrutural.

Infelizmente, pessoas e instituições ignorantes das civilizações e culturas africanas continuam fomentando e renovando atitudes, posturas racistas e desigualdades entre negros e não-negros. Por essa razão, tornaram-se imprescindíveis, políticas públicas que corrigissem disparidades e falta de respeito, a fim de garantir, a todos os brasileiros, igual direito à história e à cultura. Nunca é demais sublinhar que a garantia desse direito é fruto da ação dos movimentos sociais Negro e também dos Povos Indígenas, mais recentemente também dos ciganos, dos judeus, dos palestinos (Silva, 2016, p. 25-26).

Outro ponto importante é a formação continuada do docente na perspectiva da Lei 10.639/2003, uma vez que a escola necessita dispor de docentes estudiosos da história e cultura africana e afro-brasileira, para assim, difundir/compartilhar conhecimentos consistentes, com metodologias de ensino que alcancem o objetivo proposto da lei, que é uma educação antirracista que reconheça e valorize as contribuições africanas e afro-brasileiras para/na sociedade Brasil.

A lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e nela está disposto o conteúdo a ser ensinado. Nesse sentido, a justiça se dará quando nas 27 unidades federativas do país, em todas as escolas da rede pública e privada de ensino, a educação antirracista for consistente, de forma que integre o calendário de janeiro a dezembro, não de forma folclorizada, que acabam por reforçar a discriminação, os preconceitos, os estereótipos e as diferentes faces do racismo que temos no Brasil.

De acordo com Cury (2007), é importante atentar para o fato de que, entre as funções sociais da escola, está o fato dela poder ser tomada como instrumento de diminuição das discriminações raciais no país. Como também aponta (Silva, 2015, p.

169 “(...) as escolas tanto podem favorecer relações de dominação, atualizar

racismos, discriminações entre grupos e pessoas, como podem, se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo”.

Entretanto, se não há registro de ensino sobre a gênese das desigualdades raciais existentes e quem são suas vítimas históricas, como enfrentar e superar o racismo? Como falar em equidade educacional se o ensino e a valorização da cultura negra ainda são, sistematicamente, invisibilizados no documento que reflete todos os aspectos pedagógicos da organização escolar, o PPP?

Para Gomes (2003), a escola, sendo uma instituição social responsável pela organização e socialização de conhecimentos e das culturas, se constitui como um dos meios em que as representações negativas sobre a população negra são mantidas e perpassadas. Esse espaço pode ser utilizado como um importante local onde essa representação negativa possa ser superada e positivada.

4.1 Projeto Político-Pedagógico da Escola, do que se trata?

Este tópico conceitua o Projeto Político-Pedagógico, dialoga sobre gestão democrática e as dificuldades da implementação dessa gestão em meio ao jogo de poder, burocracias e hierarquias.

Conceito do Projeto Político-Pedagógico

Para Veiga (2013), o conceito de Projeto Político-Pedagógico em seu sentido etimológico significa lançar adiante, planejar, afinal todo projeto requer um planejamento. Sendo disposto, entendido e concebido de forma democrática, descentralizando a relação vertical de poder, numa relação que seja estruturada de forma horizontal entre os atores da escola, ou seja, o PPP incorpora as diferenças com o intuito de, como destaca Gadotti (2003, p. 1), “alcançar objetivos que ainda não foram alcançados ou para garantir que eles continuem sendo alcançados”.

No processo de construção desse documento a escola evidencia alguns

princípios, firma alguns compromissos e assume suas intenções com a vida dos aprendizes que dela fazem parte. Todo PPP é também um projeto político, na medida em que suas predileções revelam seu caráter de compromisso social, Veiga (2002) destaca que essa constatação se dá por se tratar de uma ação carregada de intencionalidade e propósito e, por fim, por se caracterizar por um processo permanente de reflexão-diálogo- construção.

Para cumprir tal função, é necessária a ruptura com uma perspectiva meramente administrativa da escola e estabelecer uma gestão democrática, preocupada com a aprendizagem do corpo discente. Isso caracterizaria uma instituição comprometida com a equidade racial e a justiça social, intentando assim, que cada sujeito que adentra a escola, possa ser um agente social, capaz de compreender e interferir nas complexidades da vida humana, apto a projetar-se socialmente, compreendendo os mecanismos da sociedade em que está inserido.

A colaboração mútua no processo pedagógico implicará num ensino e aprendizagem mais humano e efetivo, com o corpo docente reconhecendo-se como um eterno aprendiz, tendo consciência da infinitude do saber, buscando se atualizar e aprendendo com suas dúvidas e questionamentos dos alunos. O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento obrigatório, disposto na LDB 9394/1996, reconhecendo a autonomia da escola para pensar e elaborar o próprio trabalho, sistematizando a intencionalidade de suas práticas/ações (SENS, 2004).

No artigo 15 da lei de obrigatoriedade do Projeto Político-Pedagógico, ele concede graus de autonomia, nas três dimensões da escola: pedagógica, administrativa e de gestão financeira. A autonomia, de acordo com o autor supracitado, implica “construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho” (SENS, 2004, p. 1), com consistência. Gadotti (2003) descreve que “a consistência do projeto político-pedagógico de uma escola mede-se, sobretudo pela sua qualidade política, isto é, pelos sonhos e utopias que ele traduz tanto em relação à escola quanto em relação à sociedade que se quer construir”.

Um Projeto Educativo pode se Estabelecer como um Compromisso com Determinadas Rupturas

O projeto político-pedagógico vai além de uma junção de atividades e planos de ensino. O projeto não deve ser copiado de outra escola ou construído apenas para constar, em seguida arquivado e/ou encaminhado às instâncias educacionais “superiores”, o projeto não é uma prova de cumpriu-se uma tarefa burocrática (Veiga, 2013).

O PPP busca uma direção. É um movimento intencional, que explicita sua visão, seus valores e missão, com o compromisso da coletividade. Sendo assim, por isso o hífen entre político-pedagógico. Todo projeto pedagógico é um projeto político, “(...) por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária” (Veiga, 2013, p. 13). O projeto é político porque requer um compromisso com a formação para a cidadania. Na dimensão pedagógica há possibilidade de realização da intencionalidade, sendo a intencionalidade da escola formação para a cidadania, de um cidadão que não seja passivo, mas agente social, participativo, disposto a arcar com responsabilidades, crítico (Veiga, 2013).

Essa intencionalidade do PPP (Gadotti, 2003; Veiga, 2002; Libâneo, 2015), aliada à sua autonomia, se constituem numa importante ferramenta na busca de uma educação efetivamente antirracista.

O Projeto Político-Pedagógico deve se estabelecer como um processo Democrático

O projeto político-pedagógico, adotando um caráter democrático, tendo em suas decisões a horizontalidade como recurso, atenta-se a desenvolver um trabalho pedagógico que vise superar conflitos, eliminar relações competitivas, autoritárias e corporativas. E uma gestão é democrática quando:

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera

que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, nas distribuições das aulas, no processo de elaboração e criação de novos cursos, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho (Gadotti, 1994, p. 578).

Existem alguns obstáculos para a implementação de uma gestão democrática na escola, o que dificulta, pois ainda guia-se sob o poder hierárquico, autoritário, burocrático e corporativista.

O que faz com que ela se feche para as interações externas, sempre com o olhar da desconfiança, e estabelecendo-se como subordinadas aos interesses de alguns.

“O que é público não é bagunça”, “respeite a escola pública”, e também, o que é público não deve ser de uso para interesses privativos, é preciso mais diálogo e transparência nas escolas públicas. Algumas dificuldades em gestar democraticamente são apresentadas a seguir:

- 1 - a nossa pouca experiência democrática;
- 2 - a mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de governar, mentalidade que considera o povo incapaz de exercer o governo;
- 3 - a própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical;
- 4 - o autoritarismo que impregnou nosso ethos educacional;
- 5 - o tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política no campo educacional: burocrática por dentro e corporativista por fora (Gadotti, 1994, p. 578).

O corporativismo por fora, opera incessantemente, essa ideologia política sempre age com base em seus interesses comuns. O corporativismo é uma ideologia antidemocrática, na medida em que subordina e controla a repressivamente. Já a burocracia por dentro, age como instrumento do corporativismo, estabelecendo divisão hierárquica e dificultando acesso a quem ou ao que não é do interesse de poucos (aos que dentro da lógica hierárquica olham de cima).

A escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As primeiras asseguram, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. Fazem parte, ainda, das estruturas administrativas todos os elementos que têm uma forma material como, por exemplo, a arquitetura do edifício escolar e a maneira como ele se apresenta do ponto de vista de sua imagem: equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, cores, limpeza e saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica). As pedagógicas, que, teoricamente, determinam a ação das administrativas (...). As estruturas pedagógicas referem-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. A análise da estrutura organizacional da escola visa identificar quais estruturas são valorizadas e por quem, verificando as relações funcionais entre elas. É preciso ficar claro que a escola é uma organização orientada por finalidades, controlada e permeada pelas questões do poder. A análise e a compreensão da estrutura organizacional da escola significam indagar sobre suas características, seus pólos de poder, seus conflitos (Veiga, 2013, p. 24-25).

As estruturas administrativas são fundamentais para a gestão de recursos e do espaço físico da escola, enquanto as estruturas pedagógicas para o processo de ensino-aprendizagem e para a construção de um currículo que denote a identidade da escola; seus interesses, valores, seu posicionamento perante as injustiças sociais.

As decisões administrativas afetam diretamente as práticas pedagógicas, o contrário também acontece. Esse procedimento propõe que a qualidade do ambiente escolar não depende unicamente de uma excelente gestão administrativa, mas também de valorização das intencionalidades pedagógicas e da identidade escolar.

A escola é um lugar que reflete a sociedade, onde diferentes interesses e conflitos surgem, entender as relações de poder é crucial para o desenvolvimento de um ambiente educacional mais justo e equitativo. Sendo assim, as análises das estruturas organizacionais, não deve ser entendida como apenas uma questão meramente técnica, e sim, como uma reflexão sobre a ética e a política da educação.

4.2 A Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

Quando se fala de África e africanos, o imaginário social brasileiro atrela a escravização, a pobreza, fome, pouco se sabe sobre o período pré-colonial, “muito ainda desconhecemos, negros e, sobretudo não negros, a respeito da história da África pré- colonial, da diversidade dos povos e culturas no continente africano” (Silva, 2016). O que foi/é a África sem a narrativa do colonizador? Precisamos resgatar a história desse continente, que mantinha reinos, ostentavam riquezas, o berço da humanidade, e acrescentaríamos também, da intelectualidade (Silva, 2016).

Com a população negra do Brasil, a associação depreciativa não é diferente. Tudo o que é proveniente de uma identidade negra, é desvalorizado, depreciado, demonizado, desumanizado. O racismo se manifesta por diversas facetas, uma delas é o racismo estético. Como aponta Gomes, 2017, p. 111:

Na sociedade brasileira, a cor de pele e o cabelo, são utilizados como critérios definidores de beleza ou de feiura dentro do nosso sistema de classificação racial”. Há um conflito entre padrões estéticos de beleza e fealdade e estes passam por uma discussão étnico-racial. Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão é branco, mas o real é negro e mestiço.

Problematizar essa ideologia branca e única de beleza também é importante no debate para a educação das relações étnico-raciais. Referindo-se à escola, às crianças, adolescentes e adultos não brancos têm suas identidades inferiorizadas nesse espaço. Estudantes negros e negras experienciam no ambiente educacional ou social reprodução de comportamentos racistas, de forma explícita ou velada. As micro agressões diárias sofridas por esses alunos, como piadas esdrúxulas, olhares discriminatórios, gestos ou comparações animais, depreciativas. Essas ações, que não são explicitamente reconhecidas/sinalizadas nos currículos escolares, têm um impacto profundo na identidade e autoestima destruídas desses alunos.

Ao serem tratados com inferioridade por causa de sua etnia, os estudantes negros podem internalizar essa percepção odiosa sobre si mesmos, gerando um “auto-ódio produzido por terceiros”, sendo constantemente “ameaçados de se sentirem destruídos por sua condição étnica”. Isso pode levar a uma inadequação em sua própria existência, como se sua identidade étnica fosse um grande fardo a ser carregado, desvalorizando-os, colocando-os em desvantagem. Uma etnia vista como uma inadequação estabelece para uma desumanização, que ocorre em ambientes sociais que naturalizam o racismo. O racismo, seja explícito ou “velado” marginaliza, devastando a saúde mental e emocional das pessoas negras (Oliveira, 2019).

Portanto, até para garantir alguns dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB), como: I - igualdade de condições para acesso, permanência e Sucesso; IV - respeito a liberdade e apreço à tolerância; XII – consideração com a diversidade étnico-racial, faz-se necessário um projeto de educação que tenha em seu cerne o antirracismo, a fim de projetar os alunos negros dentro da escola, ocupando seu tempo em brincar, aprender-ensinar, fazendo amizades e não se desgastando emocionalmente em ter que se defender de ataques à sua identidade étnica, ou seja, sua própria existência. Para isso, é preciso fomentar um ensino intencionado, para todo o corpo escolar, de conhecimento e ações que combatam qualquer manifestação racista.

Com base nos conteúdos programáticos da lei 10.639/2003 e as instruções das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, sistematizar procedimentos que possam ser trabalhados nas escolas para o conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira e valorização desses povos e suas cosmovisões, tendo como locus o PPP da escola, também conhecido como documento de identidade.

A Lei 10.639/2003 e a as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnicas representam marcos importantes na luta pela inclusão de uma educação antirracista no Brasil. Buscando combater o racismo e valorizar a diversidade étnica e cultural, promovendo uma visão mais completa e justa

da história do Brasil. No que se refere a Lei 10.639/2003, a autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, desvela que:

A Lei 10.639/2003, bem como a Lei 11.465/2008 criaram as condições legais necessárias para que, no âmbito das instituições de ensino, em cada sala de aula da Educação Infantil à Educação Superior, se sentisse incentivado/a, se aprendesse a desconstruir efeitos do racismo e de toda sorte de discriminações, bem como a reconstruir pensamentos, noções, atitudes formulados com base em preconceitos que desqualificam pessoas negras, indígenas, para que outras, orgulhosas de suas raízes europeias se sintam valorizadas. É lamentável que para se sentir realizadas, completas, algumas pessoas tenham de desprezar outras e até mesmo tentar impedi-las de se valer de direitos devidos a todos/as cidadãos/ãs (Gonçalves e Silva, 2006, p. 34).

A Lei 10.639/2003 altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, em toda educação básica, nas escolas públicas e particulares (Brasil, 2003). A letra da Lei contém conteúdos que são estabelecidos como indispensáveis para o combate ao racismo e valorização étnica, para positivar a identidade negra, sendo eles: “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política ” (Brasil, 2003).

Sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, essas diretrizes não são uma lei, é um conjunto de instruções para organização das escolas e /ou um processo educativo. Há leis que trazem subsídios para a construção dessas diretrizes curriculares, como exemplo, a lei 10.639/2003.

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo,

experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos. Por isso a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, tendo-se como referências os seguintes princípios (BRASIL, 2004b, p. 17): “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (Silva, 2007, p. 490-491).

Nas diretrizes curriculares, no tópico “ações educativas de combate ao racismo e a discriminações” há instruções de que planos pedagógicos tenham objetivos explícitos e procedimentos, que vise o combate ao racismo, discriminações, e ao reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira.

4.3 Diálogos entre as Relações Étnico-Raciais e os PPP’s de algumas escolas do município de Jequié

Neste capítulo, discutiremos sobre a importância de uma educação para as relações étnico-raciais, trazendo dados de como o PPP de algumas escolas públicas da cidade organizam o conhecimento para essas relações, destacando que, é com a sistematização de conteúdos de forma substanciada que se fortalece a luta antirracista. Dispondo de uma ação intencional, como aponta a autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, 2007, p. 490:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (BRASIL, 2004b), estabelecem a educação das relações étnico-raciais, como um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão. Dizendo de outro modo, ao se avaliar a qualidade das condições de oferta de educação por escolas e universidades, tem-se, entre os quesitos a observar, a realização de atividades intencionalmente dirigidas à educação das relações étnico-raciais.

A partir da luta dos Movimentos Sociais, as relações étnico-raciais passaram a ser pauta das agendas escolares, mais precisamente, com a

obrigatoriedade da Lei 10.639/2003. Pudemos notar que em muitos projetos há menção à Lei, que fazem atividades pontuais, principalmente no mês de novembro, próximo ao dia 20, que é datado como o dia da consciência negra. Mas, como estamos defendendo ao longo dessa pesquisa, precisa-se de uma sistematização de conhecimentos que contemple conteúdos que a partir da valorização de grupos que são escamoteados no cenário brasileiro, possam experienciar as relações com outros grupos diversos, sentindo-se tão apto quanto, sem inferiorização por ser diferente. Conforme consta no capítulo metodológico deste trabalho, o corpus de análise foram os PPPs de sete escolas públicas de Jequié, 4 municipais e 3 estaduais. Para mensurar e quantificar o aparecimento das dez palavras de busca ligadas a educação para as relações étnico-raciais: africano (a); afro-brasileiro (a); antirracista; conscientização, diversidade; equidade; étnico; igualdade; negro(a); racismo.

A seguir veremos uma tabela que apresenta o quantitativo em que as palavras de busca foram citadas em cada projeto político-pedagógico.

Tabela 1: Incidência das palavras de busca por Projeto Político Pedagógico. Jequié, 2024

| Palavras de busca | PPP - 01 | PPP - 02 | PPP - 03 | PPP - 04 | PPP - 05 | PPP - 06 | PPP - 07 |
|--------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Africano (a) | 9 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 12 |
| Afro- brasileiro(a) | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 |
| Antirracista | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conscientização | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 |
| Diversidade | 5 | 1 | 7 | 5 | 6 | 11 | 3 |
| Equidade | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Étnico | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 12 |
| Igualdade | 7 | 2 | 1 | 3 | 3 | 15 | 6 |
| Negro (a) | 67 | 0 | 1 | 1 | 3 | 3 | 35 |
| Racismo | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |

Fonte: autoral

Enumeramos de PPP 01 a PPP 07. Onde no PPP 01, a palavra de busca “negro(a)” foi a que mais apareceu, sendo mensurada sessenta e sete vezes (67) e as palavras antirracista e conscientização, não apareceram no documento, constando o número zero (0). No PPP 02, Igualdade foi a palavra mais mensurada, duas vezes (2) e palavra diversidade, apareceu uma vez (1), as demais não foram encontradas, zero (0). No PPP 03, a palavra que mais constou foi diversidade, sete vezes (7), as palavras, igualdade e negro (a) apareceram uma vez (1), as outras palavras não foram encontradas, zero (0). No PPP 04, diversidade é palavra que mais consta, cinco vezes (5), e as palavras afro-brasileiro, antirracista e racismo, não apareceram, zero (0).

No PPP 05, a palavra que mais aparece é diversidade, seis vezes (6), as palavras, afro-brasileiro, antirracista, equidade, étnico e racismo, nem constam, zero (0). No PPP 06, igualdade é a palavra que mais aparece, contabilizado quinze vezes (15), antirracista, equidade e racismo, nem consta, zero (0). No PPP 07, negro (a) é a palavra que mais aparece, trinta e cinco vezes (35), e, antirracista é a única palavra de busca que não consta, zero (0). A palavra “antirracista” não constou em nenhum PPP. Ao longo da tecitura desse trabalho, pudemos aprender que antirracista é um termo que existe a partir de ação, de uma ação contra ao racismo, de combate a qualquer tipo de manifestação de desqualificação e desumanização de pessoas não brancas, e /ou articulação de provimento, elaboração, para disseminação de conhecimento que valorize essa população não branca, na nossa pesquisa, falamos especificamente dos afro-brasileiros. Contudo, a palavra antirracista, tem um viés de adoção de identidade, sendo assim, para além de incluir ações de enfrentamento ao racismo, acreditamos que a declaração de uma identidade escolar antirracista passa por reconhecer a responsabilidade social que a escola tem na construção da sociedade. Sabemos que a escola não é a única responsável de lidar com o fenômeno do racismo, mas ela é essencial na linha de frente do combate contra o racismo.

4.4 Contextos nos quais aparecem as palavras de busca nos PPPs das escolas

Na seção anterior, elaboramos uma tabela para quantificar a menção das dez palavras selecionadas. E, nesta seção, serão contextualizados os cenários em que as palavras de busca aparecem, filtrando palavra por palavra, sendo desconsideradas da análise, possíveis repetições de uma mesma palavra no mesmo contexto, exemplo: “Dia da Consciência Negra”, há PPP que repete uma mesma palavra/frase no mesmo contexto por todo documento.

A tabela a seguir, contextualiza as palavras que foram encontradas nos documentos, buscando conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, averiguando também se há menção à lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, referências para o desenvolvimento de um trabalho significativo nas escolas. E, sinalizando a palavra “apenas consta na literatura”, quando a palavra de busca não estiver atrelada a algum conteúdo do trabalho pedagógico ou às referências para a organização e sistematização.

Também buscaremos a missão, valores, princípios e a visão das escolas, entendendo assim, como aponta Veiga (2002), como compromissos que aponta qual é o projeto de educação que a escola quer construir.

Quadro 1: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 01

| Ano de elaboração do PPP | Onde a escola fica situada | Estrutura do PPP |
|--------------------------|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2013 | Joaquim Romão | Apresentação; Introdução; Caracterização da escola; Estrutura organizacional da escola; Estrutura física da escola; Perfil dos Estudantes; Perfil da comunidade de entorno; Conselho escolar; Missão; Visão; Valores; Objetivos e metas; Dados norteadores da pesquisa; Justificativa; Fundamentação teórica; Metodologia; Referências. |

Fonte: autoral

Quadro 2: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 01

| Palavra de busca | Conteúdo atrelado |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Africano (a) | Na mensuração da lei 10. 639/2003, informando que o documento será respaldado nessa lei, que torna obrigatório o ensino de cultura e história africana. |
| Afro-brasileiro (a) | nenhum conteúdo |
| Antirracista | nenhum conteúdo |
| Conscientização | Nenhum conteúdo |
| Diversidade | nenhum conteúdo |
| Equidade | nenhum conteúdo |
| Étnico | nenhum conteúdo |
| Igualdade | nenhum conteúdo |
| Negro (a) | nenhum conteúdo |
| Racismo | nenhum conteúdo |

Fonte: autoral

Africano (a): encontrada na mensuração da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, foi a única palavra encontrada dentro dos pressupostos estabelecido na metodologia (estar mencionando a lei 10.639/2003 e/ou vinculada há uma intencionalidade de proposta para trabalhar com o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Análise geral

Apenas a palavra africano(a) foi encontrada no contexto informativo de que o PPP da escola seria respaldado pela Lei 10.639/2003. Porém, apenas menciona, não há direcionamento intencional que assegure esse respaldo. As palavras: antirracista, conscientização, diversidade, equidade, étnico, igualdade, negro (a) e

racismo não foram citadas no PPP 01.

Quadro 3: missão, visão e valores do PPP 01

| Missão | Visão | Valores |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A missão é ser referência na promoção da igualdade racial para municipal e estimular a comunidade escolar e local na (re)construção de uma sociedade que valoriza os saberes: tradicional, local, científico e global. Promover assim uma sociedade de oportunidades para todas as pessoas.</p> | <p>“Referencial no intercâmbio de conhecimento cultural e científico; formal e informal.”</p> | <p>Respeito – A toda pessoa independente da pigmentação da pele, ou outros traços negróides. Provocamos a todos a pensar na diferença como uma marca de inclusão.”</p> <p>“Generosidade – Saber-se humano, e como tal construtor exímio de sua história dentro de suas limitações.”</p> <p>“Excelência – Garantir o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem em consonância com os saberes universais.”</p> <p>“Gestão Participativa – Garantir através do Colegiado Escolar uma gestão onde todos tenham acesso e possam opinar.”</p> <p>“Integração – Unir os saberes produzidos historicamente pelo homem e efetivados pela escola com o conhecimento local.”</p> |

Fonte: autoral

Missão

A missão da escola é ser referência na promoção da igualdade racial e estimular a comunidade escolar a (re) construir uma sociedade que valoriza diversos saberes. Isso indica uma intenção de incorporar a diversidade cultural no ambiente escolar.

Visão

Expressa desejo de intercâmbio cultural e científico, o que é positivo, mas necessita de um foco mais explícito na equidade entre as diversidades étnicas. A visão poderia ser mais precisa ao abordar a necessidade de uma educação que não apenas respeite, mas também valorize e inclua as experiências e culturas de todos os grupos, em especial, os que historicamente foram marginalizados.

Valores

Valores que incluem respeito, excelência, generosidade, gestão participativa. Embora o respeito e à diversidade seja um ponto positivo, o valor do “respeito” é apresentado de maneira que pode ser interpretada como superficial se não for acompanhado de ações concretas que promovam a equidade.

Análise geral

É fundamental que o ensino para as relações étnico-raciais, com o conteúdo de história e cultura africana e afro-brasileira, possibilite refletir sobre a diferença, para desconstrução de estereótipos sobre como grupos sociais, sujeitos, convivem e se relacionam (Silva, 2006).

Quando se trata da diferença, respeito não seria o meio mais viável para enfrentar discriminação. O reconhecimento da diferença, para compreender e aceitar a existência do outro é o caminho para a dignidade e cidadania plena, para todos.

Quadro 4: missão, visão e valores do PPP 01

| Ano de elaboração do PPP | Onde a escola fica situada | Estrutura do PPP |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2018 | Jequiezinho | Apresentação; Introdução; Identificação do estabelecimento escolar; Aspectos históricos da escola; Espaço físico, Caracterização da população; Alunos; Pais; Professores e funcionários. Equipe . Objetivo geral e específico do PPP; Marco situacional; Marco conceitual; Marca operacional; Avaliação institucional do PPP; Referências; Proposta pedagógica; Apresentação; Círculo de formação humana; objetivo geral; Objetivos específicos; Metodologia; Avaliação; Adaptações curriculares; Referências. |

Fonte: autoral

Quadro 5: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 02.

| Palavra de busca | Conteúdo atrelado |
|-------------------------|--------------------------|
| Africano (a) | Nenhum conteúdo |
| Afro-brasileiro (a) | Nenhum conteúdo |
| Antirracista | Nenhum conteúdo |
| Conscientização | Nenhum conteúdo |
| Diversidade | Nenhum conteúdo |
| Equidade | Nenhum conteúdo |
| Étnico | Nenhum conteúdo |
| Igualdade | Nenhum conteúdo |
| Negro (a) | Nenhum conteúdo |
| Racismo | Nenhum conteúdo |

Fonte: autoral

Nenhum conteúdo atrelado às palavras de busca. O PPP da escola 02 não tem um projeto que proponha explicitamente um compromisso com a educação para a educação das relações étnico-raciais. Não há menção de conteúdo para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, nem intencionalidade de uma educação antirracista. O que pode estar contribuindo para a invisibilidade da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, ausência de articulação pedagógica que contemple essa formação de uma identidade crítica consciente dos educandos.

Trecho do PPP da escola 02 que mostra a intencionalidade de uma escola sob os moldes do caráter disciplinar. E o uso da palavra humano enfatizadamente, lembrando o “não precisamos de consciência negra, precisamos de consciência humana”.

A escola deve educar pessoas para agirem educadamente, para fazerem da sociedade uma verdadeira sociedade. É aí, então, que entra a importância do PPP. Se for objetivo de toda a escola construir uma sociedade de humanos preocupados com valores humanos e que saibam entender o mundo em que vivem para fazer dele um lugar de humanos, ela precisa de um bom projeto, de uma identidade que a faça ser mais escola (Jequié, 2024). Uma das grandes razões dos problemas que as escolas encontram no processo educacional está justamente na não clareza do significado e da importância do PPP. Falta um projeto, um guia norteador das atividades que a escola propõe. Tudo que é feito e existe de forma organizada e planejada tem uma identidade, pois antes de se tornar existente foi previamente projetado, pensado, planejado (Jequié, 2024).

Esse trecho do documento da escola reforça nosso argumento da importância de se sistematizar conhecimento, a fim de direcionar de forma substanciada, buscando evitar equívocos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

A escola, portanto, para ser a identidade da realidade social precisa de uma identidade bem formada. Esta deve estar expressa no PPP, documento esse que revelará a face da boa educação. Costuma-se dizer que as ideias movem o mundo, porque elas são a identidade do mundo. Dessa forma, não há como desejar uma sociedade justa sem pensar antes sobre como ela pode ser alcançada, e a escola pode contribuir enormemente para esse fim (Jequié, 2024).

Acrescentamos que, essa identidade tem de se revelar antirracista, não apenas em nomenclatura, mas em construção, organização de ações que vise contribuir no combate ao racismo.

Quadro 6: missão, visão e valores do PPP 02

| Missão | Visão | Valores |
|----------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Termo não encontrado | Termo não encontrado | [...] cujas ações tenham como objetivo primeiro a formação integral do sujeito a fim de oportunizá-lo o acesso com igualdade de direitos e oportunidades na sociedade. |

Fonte: autoral

Valores

Não apresenta conteúdo que explicita valores que promovam combate ao racismo.

Análise geral

O quadro denota que se faz necessário um projeto pedagógico que não apenas mencione a educação antirracista, mas que inclua de forma sistemática suas intencionalidades com a educação para as relações étnico-raciais, com articulações pedagógicas. A falta de nitidez sobre como a escola constrói o conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira pode resultar em uma educação que não prepara os educandos para a convivência em uma sociedade pluriétnica.

Para que a escola cumpra o seu papel na transformação social. É fundamental que sua missão, visão e valores sejam reformulados para incluir explicitamente o reconhecimento às diversidades étnicas e culturais e a valorização de povos e culturas que são estigmatizadas na sociedade brasileira.

Quadro 7: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 03.

| Ano de elaboração do PPP | Onde a escola fica situada | Estrutura do PPP |
|--------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2017 | Jequeizinho | Apresentação; Identificação da Unidade Escolar; Introdução; Processo de construção coletiva do PPP; Bases legais; Histórico da Unidade Escolar; Colegiado escolar; Diagnóstico; Objetivos da ação Educativa; Marcos educacionais; Dimensão pedagógica; Visão; Missão; Valores; metas da Unidade Escolar; Identificação dos principais problemas; Composição da organização escolar; Organização curricular; Calendário escolar; Matrizes curriculares; Pressupostos e dimensões curriculares; Propostas de ensino; Princípios norteadores da ação Educativa; Conselho de classe; Formação e acompanhamento do corpo docente; Dimensão administrativa; Outras ações educativas; Referências. |

Fonte: autoral

Quadro 8: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 03.

| Palavras de busca | Conteúdo atrelado |
|--------------------------|--------------------------|
| Africana (o) | Nenhum conteúdo |
| Afro-brasileira (o) | Nenhum conteúdo |
| Antirracista | Nenhum conteúdo |
| Conscientização | Nenhum conteúdo |
| Diversidade | Nenhum conteúdo |
| Equidade | Nenhum conteúdo |
| Étnico | Nenhum conteúdo |
| Igualdade | Nenhum conteúdo |
| Negra (o) | Nenhum conteúdo |
| Racismo | Nenhum conteúdo |

Fonte: autoral

Não possui conteúdo atrelado às palavras de busca. Isso indica uma falta de comprometimento em abordar de forma sistematizada a educação para as relações étnico-raciais no cotidiano escolar.

A ausência de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira pode significar que a escola pode estar falhando em proporcionar uma educação que valorize a diversidade cultural, étnica e de combate ao racismo. Isso é preocupante, pois, a educação pode ser um espaço e construção mais justa e equitativa.

Quadro 9: Missão, visão e valores do PPP 03

| Missão | Visão | Valores |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>"Ser referência na promoção da igualdade racial para municipal e estimular a comunidade escolar e local na (re)construção de uma sociedade que valoriza os saberes: tradicional, local, científicos e global. Promover assim uma sociedade de oportunidades para todas as pessoas."</p> | <p>"Referencial no intercâmbio do conhecimento cultural e científico; formal e informal."</p> | <p>Respeito – "A toda pessoa independente da pigmentação da pele, ou outros traços negróides. Provocamos a todos a pensar na diferença como uma marca de inclusão. Como afirma Paulo Freire: 'O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.'"</p> <p>Generosidade – "Saber-se humano, e como tal construtor exímio de sua história dentro de suas limitações. Paulo Freire nos faz refletir ao afirmar que 'Faz parte do pensar certo o gosto da generosidade que, não negando a quem o tem o direito à raiva, a distingue da raivosidade irrefreada.'"</p> <p>Excelência – "Garantir o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem em consonância com os saberes universais para propiciar ao educando decidir com lucidez seu futuro profissional." Gestão Participativa – "Garantir através do Colegiado Escolar uma gestão onde todos tenham acesso e possam opinar sobre administração pessoal, financeira e pedagógica."</p> <p>Integração – "Unir os saberes produzidos historicamente pelo homem e efetivados pela escola com o conhecimento local."</p> |

Fonte:autoral

Missão

Sua missão é ser referência na promoção da igualdade racial para estimular a comunidade escolar na reconstrução de uma sociedade que valoriza a diversidade de saberes. Essa declaração é positiva, pois menciona uma promoção à igualdade racial, mas não detalha como essa missão será concretizada no cotidiano escolar.

Visão

A visão da escola é ser referencial no intercâmbio do conhecimento cultural e científico; formal e informal.

Valores

Embora a escola mencione valores como “respeito”, “responsabilidade” e “valorização da diversidade”, não há uma articulação precisa sobre como esses valores se traduzem em ações pedagógicas no cotidiano escolar para a efetivação de uma educação para as relações étnico-raciais.

Apesar das boas intenções expressas na missão e visão, a ausência de uma estrutura sistemática para abordar o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e o combate ao racismo é algo preocupante.

Quadro 10: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 04.

| Ano de elaboração do PPP | Onde a escola fica situada | Estrutura do PPP |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2019 | Jequezinho | Identificação; Histórico; Apresentação; Justificativa; Informações gerais; Colegiado escolar; Missão; Visão; Objetivos; Metas; Princípios educacionais; Pressupostos educacionais; Justificativa; Fundamentação teórica; Ações; Projetos; Propostas curriculares; Organização curricular; Ciências humanas Linguagens; Ciências da Natureza; Matemática; Temas transversais; Interdisciplinaridade; Avaliação; Acompanhamento e controle das ações pedagógicas; Matrizes curriculares. |

Fonte: autoral

Quadro 11: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico do PPP da escola 04

| Palavras de busca | Conteúdo atrelado |
|-------------------|-------------------|
| Africano (a) | Nenhum conteúdo |
| Afro-brasileiro | Nenhum conteúdo |
| Antirracista | Nenhum conteúdo |

| | |
|-----------------|-----------------|
| Conscientização | Nenhum conteúdo |
| Diversidade | Nenhum conteúdo |
| Equidade | Nenhum conteúdo |
| Étnico | Nenhum conteúdo |
| Igualdade | Nenhum conteúdo |
| Negro (a) | Nenhum conteúdo |
| Racismo | Nenhum conteúdo |

Fonte: autoral

Nenhum conteúdo direcionado ao ensino de história e cultura dos africanos e afro-brasileiros foi encontrado. Sete palavras de busca foram encontradas no documento, mas sem nenhuma proposta de atividade, sem nenhum direcionamento de como a escola se organiza para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Quadro 12: missão, visão e valores do PPP 04

| Missão | Visão | Valores |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| "Oferecer uma educação pública dentro de referenciais de excelência, com inovação e qualidade, em um ambiente acolhedor que possibilite o desenvolvimento da competência cognitiva, moral, afetiva, social e física..." | "Sermos reconhecidos como uma Instituição Educacional de referência que prima pela qualidade, legitimando-nos como uma comunidade educativa, ampla, plena, sólida, criativa, através da consonância com as exigências do mundo contemporâneo..." | Termo não encontrado |

Fonte: autoral

Missão

A missão da escola é “oferecer uma educação pública dentro dos referenciais de excelência, com inovação e qualidade, em um ambiente acolhedor que possibilite o

desenvolvimento da competência cognitiva, moral, afetiva, social e física”.

Embora essa declaração enfatize a qualidade e a inovação na educação, não menciona explicitamente nenhum projeto para a promoção de uma educação antirracista.

Visão

A visão da escola é: “sermos reconhecidos como uma instituição Educacional de referência que prima pela qualidade, legitimando-nos como uma comunidade educativa (...) através da consonância com as exigências do mundo contemporâneo”. Não é explicitamente nenhuma menção de ter como missão uma educação que visa ser referência antirracista, o que poderia fortalecer a identidade da escola como instituição que promove a diversidade étnica e cultural, combatente ao racismo.

Valores

Não menção de seus valores. Os valores em uma escola, poderiam estar sendo promovidos por meio de reconhecimento à diversidade étnica, equidade e a justiça social, para uma educação que visa a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Análise geral

É preciso que a missão, valores e visão do PPP sejam concebidos a partir de um entendimento antirracista. Explicitando compromisso com o combate ao racismo. A implementação de ações concretas e contínuas é fundamental para garantir um ambiente escolar mais inclusivo com povos que são marginalizados socialmente.

Quadro 13: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 05.

| Ano de elaboração | Onde a escola fica situada | Estrutura do PPP |
|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 2020 | Jequiezinho | Introdução. Histórico. Apresentação. Justificativa; Marco referencial Marco |

| | | |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | situacional. Marco filosófico. Conceção de sociedade. Conceção de homem; Conceção de escola; Marco operativo; Dimensão pedagógica; Processo de planeamento; Currículo; Objetivos e conteúdos; Metodologia; Avaliação; Relação professor aluno; Espaço de trabalho coletivo; Comunitária; O papel do professor; A inclusão escolar; Dimensão administrativa; Estrutura da escola; Diagnóstico; programação; Cronograma de atividades; Avaliação e reelaboração do PPP; Referências; Apêndice; Anexos. |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: autoral

Quadro 14: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 05

| Palavras de busca | Conteúdo atrelado |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Africano (a) | Aparece como atividade realizada em um ano específico, no mês novembro, em um projeto da consciência negra, que confeccionou máscaras africanas e proveu um desfile. |
| Afro-brasileiro (a) | nenhum conteúdo atrelado |
| Antirracista | nenhum conteúdo |
| Conscientização | nenhum conteúdo |
| Diversidade | nenhum conteúdo |
| Equidade | nenhum conteúdo |
| Étnico | nenhum conteúdo |
| Igualdade | nenhum conteúdo |
| Negro (a) | nenhum conteúdo |
| Racismo | nenhum conteúdo |

Fonte: autoral

De dez palavras de busca, apenas quatro foram mencionadas no documento em contextos que não foi de discutir um projeto educativo para as relações étnico- raciais, e, somente uma palavra de busca esteve diretamente ligada à menção da produção de alguma atividade proposta para o conhecimento da cultura africana.

A palavra “africano(a)” foi mencionada no contexto de que foi realizado um projeto na escola, intitulado “Projeto da Consciência Negra”, realizado em um ano específico, estava lá como registro. Projeto esse que teve como objetivo confeccionar máscaras “africanas” e culminar em um desfile. São importantes atividades que mostram a diversidade cultural existente na África, mas seria interessante sair do genérico e nomear o povo do qual a máscara é oriunda, tais como os Iorubá³, os Bwa⁴, os Fang⁵, os Senefu⁶, os Grebo⁷, os Punu⁸, os Maconde⁹, Mende¹⁰, podendo contar também a história desse povo, não se esquecendo de contextualizar onde eles utilizam a máscara, em qual ocasião.¹¹

Com nomes genéricos, e atividade que consta apenas como máscara africana, sem se referir a que povo africano essa confecção foi elaborada, parece que perde a dimensão de uma pluralidade étnica existente no continente africano. Por isso que insistimos em defender que um projeto pedagógico deve estar respaldado em um compromisso de sistematizar um conhecimento, história e cultura africana e afro-brasileira não é um conhecimento inferior a português, matemática, parece que o conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira, só é representado pelo lúdico, feita de improviso, sem o devido preparo para tornar o conhecimento significativo para os educandos.

No PPP da escola 5 é expressa sua função social :

No cenário atual refere-se ao papel central do conhecimento na organização social e econômica atual. Nessa concepção a função social da escola para nós é formar cidadãos críticos, ativos, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como primordial a construção do saber e dos valores éticos e morais (Jequié, 2024).

Como formar cidadãos críticos e comprometidos com uma sociedade mais justa sem declarar uma identidade antirracista? O racismo é uma das mais perversas injustiças que macula a sociedade brasileira.

³ Usam as máscaras Guelede e Egungun, que são usadas em cerimônias e para celebrar antepassados.

⁴ Usam máscaras com formas geométricas que representam espíritos da floresta.

⁵ Usam máscaras com o rosto afunilado, olhos em forma de pontos, boca pequena e sobrancelhas e nariz unidos.

⁶ Usam máscaras com olhos meio fechados que simbolizam paciência e autocontrole.

⁷ Usam máscaras com olhos redondos que representam estado de alerta e raiva.

⁸ Usam máscaras femininas revestidas com caulino branco.

⁹ Usam as máscaras Mapiko, que são usadas em funerais, casamentos, visitas de pessoas importantes e celebrações de feriados nacionais.

¹⁰ Usam as máscaras Sowie, que são usadas em funerais, visitas de pessoas importantes e cerimônias de iniciação.

¹¹ Disponível em [https://www.museuoscarniemeyer.org.br/educativo/programas/acesse-para-perceber/\[category\]/africa1](https://www.museuoscarniemeyer.org.br/educativo/programas/acesse-para-perceber/[category]/africa1) Data de acesso: 15/12/2024.

Quadro 15: missão, visão e valores do PPP 05.

| Missão | Visão | Valores |
|----------------------|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Termo não encontrado | Termo não encontrado | "O Projeto Político Pedagógico como um instrumento dinâmico expressa os princípios gerais da cidadania, ética, valores, processo ensino-aprendizagem, relação escola-comunidade." |

Fonte: autoral

Quadro 16: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 06.

| Ano de elaboração do PPP | Onde fica situada a escola | Estrutura do PPP |
|--------------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2008 | Joaquim Romão | Introdução; Situação problema; objetivo geral; Objetivos específicos. Justificativa; Metodologia; Marco referencial; estrutura física da escola; Perfil do estudante; Perfil da comunidade entorno; Conselho escolar; Associação de pais; O grêmio estudantil. Grêmios estudantis; Missão; Visão; Valores; Objetivos e metas do PPP; Marco filosófico; Fundamentação teórica; |

| | | |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | Planejamento participativo; Planejamento estratégico; A cultura escolar; Gestão democrática; Educação como direito social/humano; A escola, a sociedade e o homem; Relação Professor aluno; Marco operativo do PPP; Dimensão financeira; Dimensão administrativa; Dimensão jurídica; Dimensão comunitária. |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: autoral

Quadro 17: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 06.

| Palavras de busca | Conteúdo atrelado |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Africano (a) | Informando que há uma disciplina de história e cultura afro para a 7 e 8 série. |
| Afro-brasileiro (a) | Nenhum conteúdo |
| Antirracista | Nenhum conteúdo |
| Conscientização | A escola, no processo de conscientização, a partir de seu currículo, deve ter como prioridade promover a formação de cidadãos capazes de intervir e participar da sociedade com justiça social e igualdade para todos. |
| Diversidade | <p>a. informação de que as escolas e seus currículos não respeitam a diversidade cultural dos alunos.</p> <p>b. consta na literatura de que em uma gestão democrática é preciso respeito à diversidade cultural.</p> <p>c. Consta no tópico “valores da escola”, o respeito à diversidade.</p> |
| Equidade | nenhum conteúdo atrelado |
| Étnico | nenhum conteúdo atrelado |
| Igualdade | Nenhum conteúdo atrelado |
| Negro (a) | <p>a. informa que a disciplina de cultura afro, tem como objetivo a valorização da cultura negra.</p> <p>b. informa que a importância do estudo da história e cultura</p> |

| | |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | afro-brasileira e africana, não se limita aos negros, mas é de interesse à todos os brasileiros, na construção de uma sociedade democrática. c. no tópico “programação da escola”, consta o projeto consciência negra. |
| Racismo | nenhum conteúdo atrelado |

Fonte: autoral

O PPP da escola 06 foi o único que menciona ter uma disciplina de cultura- afro, que é ministrada em duas séries, apenas. Mas foi a única que mencionou trabalhar com uma disciplina. Na disciplina cultura afro, fica declarado que o

objetivo é a valorização da cultura negra, mas o objetivo da disciplina não menciona nada referente aos africanos.

Na missão expressa no PPP da escola 06, não há nenhuma menção explícita sobre superação do racismo, apesar de ter como missão uma escola efetivamente democrática.

Quadro 18: missão, visão e valores do PPP 06

| Missão | Visão | Valores |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “a busca pelo fortalecimento do compromisso e participação de toda comunidade escolar, principalmente seus professores, pais e alunos para assegurar um ensino de qualidade que garanta não apenas o acesso de seus alunos, mas a permanência e o sucesso deste, combater os altos índices de repetência, de evasão escolar e de violência, melhorar a convivência democrática, trabalhar em coletividade, fortalecer o relacionamento entre escola e comunidade...” | “o homem como sujeito da educação, um ser da práxis; a Cultura como aquisição sistemática da experiência humana; a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento ligados ao processo de conscientização; a escola como instituição que existe num contexto histórico; a Educação como 'desvelamento' da realidade; a relação professor- aluno baseada em uma prática dialógica e horizontal e a avaliação mútua e permanente da prática tendo em vista o alcance | “Respeito à diversidade; Promover uma educação pautada na declaração dos direitos humanos: de solidariedade, liberdade e igualdade; [...] Desenvolver a participação de todos no processo de democratização do espaço escolar.” |

| | | |
|--|-------------|--|
| | da missão." | |
|--|-------------|--|

Fonte: autoral

Missão

“A busca pelo fortalecimento do compromisso e participação de toda a comunidade escolar”. Este enunciado enfatiza a importância da colaboração entre professores, pais e alunos para garantir um ensino de qualidade que não apenas assegure o acesso, mas a permanência e o sucesso dos alunos, há menção à luta contra a evasão escolar e a violência. Entender que a evasão escolar tem cor, é importante no direcionamento de estratégias para combater a evasão.

Visão

“O homem como sujeito da educação, um ser da práxis”. Menciona cultura como uma aquisição sistemática da experiência humana. A escola se posiciona como uma instituição que existe em um contexto histórico e vê a educação como um processo de “desvelamento” da realidade.

Como mencionado acima, a escola existe num contexto histórico, e por muito tempo, nesse contexto, a população afro-brasileira foi invisibilizada. Reconhecer compromissos que se tem de assumir com grupos que foram marginalizados num processo escolar muito excludente e que por muitos anos silenciaram práticas discriminatórias é fundamental para uma escola que vise uma sociedade mais justa.

Valores

Os valores da escola incluem respeito à diversidade e a promoção e uma educação pautada nos direitos humanos. Mais do que respeito, a diversidade étnica e cultural devem ser explicitamente reconhecidas dentro do cotidiano escolar. Embora esses princípios sejam relevantes, a falta de uma menção explícita a

qual/quais “diversidades” a escola se propõe “respeitar”, pode passar uma menção vaga, principalmente quando não há sinalização de que forma essa “diversidade” será respeitada.

Análise geral

A escola 06 tem uma missão, visão e valores que buscam uma inclusão e qualidade na educação, mas a ausência de uma abordagem precisa em relação à um projeto de educação antirracista e a valorização da cultura africana e afro-brasileira visibiliza que não há uma demarcação. A Lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais propõem que haja um reconhecimento da diversidade cultural e étnica, mas não só isso, que também engendre práticas educativas que a promovam ativamente.

Quadro 19: Dados sobre o ano de elaboração do PPP, bairro onde fica localizada e estrutura do PPP da escola 07

| Ano de elaboração do PPP | Onde a escola fica situada | Estrutura do PPP |
|---------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2024 | Joaquim Romão | Introdução; Eixos norteadores; Valores; Missão; Marco referencial e dispositivos legais; Diagnóstico; Programação; Implementação do PPP; Referências; Anexos. |

Fonte: autoral

Quadro 20: Cenários em que as palavras de busca aparecem no Projeto Político-Pedagógico da escola 07

| Palavra de busca | Conteúdo atrelado |
|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Africano (a) | consta no documento em uma seção de informação sobre leis, onde a lei 10.639.2003 é transcrita, constando os artigos dela, onde a palavra africano/a aparece. |

| | |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Afro-brasileiro (a) | consta no tópico de valores e missão da escola, “valorização da cultura afro-brasileira”. |
| Antirracista | nenhum conteúdo |
| Conscientização | consta no documento que a escola trabalha com a conscientização frente atitudes de desrespeito e discriminação contra os negros ou afrodescendente. |
| Diversidade | nenhum conteúdo |
| Equidade | consta no documento que deve-se privilegiar a equidade nas relações raciais. |
| Étnico | consta no tópico de valores e missão da escola, no qual diz que: a escola tem como missão que seus educandos valorizem os valores étnico- raciais. |
| Igualdade | aparece na citação da lei 12.888, de 20 de julho de 2010, - lei de igualdade racial. |
| Negro (a) | <ul style="list-style-type: none"> a. citado na lei 10.639.2003. b. citado na lei de igualdade racial. c. no tópico de valores e missão da escola, “promover a reflexão e resgate da identidade negra.” |
| Racismo | apenas consta na bibliografia |

Fonte: autoral.

Africano (a): essa palavra aparece em uma seção informativa sobre a lei 10.639/2003, mas sem contextualização pedagógica;

Afro-brasileiro (a): presente na missão da escola, indicando a importância de se valorizar o conhecimento da cultura afro-brasileira;

Conscientização: a escola menciona trabalhar com a conscientização sobre o desrespeito e discriminação, mas sem um plano contínuo;

Equidade: presente, mas sem um plano de ação para efetua-la nas práticas

educativas;

Étnico: mencionando na missão da escola, mas sem um desenvolvimento pedagógico explícito;

Igualdade: referências à Lei de igualdade racial, mas falta contexto sobre sua aplicação;

Negro (a): citado em documentos legais anexados;

Racismo: apenas mencionado na literatura, sem ações práticas para seu combate.

Análise geral

Dos sete PPP's analisados, foi o que mais contemplou as palavras de busca, mas vale salientar que, nesse PPP, os documentos oficiais, como por exemplo, a lei 10.639/2003, estão anexados ao documento em sua forma íntegra, o que pode explicar ser o PPP, onde as palavras de busca mais foram encontradas. Entretanto, é a escola que afirmou trabalhar com a conscientização sobre o desrespeito e discriminação, porém, não há nenhuma proposta explicitada sobre quais caminhos a escola toma na tentativa de realizar tal feito.

Quadro 21: missão, visão e valores do PPP 07.

| Missão | Visão | Valores |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| "A missão da escola é a formação política e social do educando, valorizando a cultura afro-brasileira e seus valores étnicos-raciais." | Termo não encontrado. | "Proporcionar situações de aprendizagem, vivenciando os valores morais e auxiliando os indivíduos na formação de uma sociedade mais justa e humana." |

Fonte: autoral

Missão

Destaca a formação política social do educando, valorizando a cultura afro-

brasileira e seus valores étnico-raciais. Essa afirmação reflete um compromisso explícito com a positividade da identidade negra e a adoção de uma educação que reconheça a diversidade étnico-racial. Entretanto, o cumprimento dessa missão depende da implementação prática e contínua de ações que traduzam essa positividade em experiências educativas concretas.

Valores

“Proporcionar situações de aprendizagem, vivenciando os valores morais e auxiliando os indivíduos na formação de uma sociedade mais justa e humana,” Não menciona de forma explícita a necessidade de se ter uma sociedade mais justa e humana. A falta de precisão para a aplicação desses valores pode levar a uma interpretação vaga e a falta de ações efetivas no cotidiano escolar.

Análise geral

Embora a escola 07 tenha uma missão que mencione a valorização da cultura afro-brasileira, não há um projeto para uma educação antirracista. A Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-raciais determinam que as escolas não apenas mencionem a cultura afro-brasileira, mas que implementem um currículo que a explicita de maneira contínua e significativa.

A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, é mencionada na maioria dos projetos pedagógicos. Entretanto, o cumprimento do que está disposto na lei, não está intencionado nos PPPs. Atividades pontuais realizadas em datas específicas, como no Dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, foram achadas.

Não foi encontrada uma intencionalidade explicitada para um trabalho contínuo ao longo do ano letivo.

Em algumas escolas, o termo “africano (a)” é encontrado principalmente no contexto onde há anexo da Lei 10.639/2003. As diretrizes curriculares nacionais

para a educação das relações étnico-raciais ressaltam a importância de uma educação que respeite e propague a diversidade cultural. No entanto, a análise dos sete PPPs demonstra que há falhas em abranger esses princípios de forma concreta.

Por exemplo, as escolas não incluem conteúdos que abordem a diversidade étnica de maneira sistemática, e a palavra antirracista não apareceu em nenhum dos documentos.

Cada escola apresenta diferentes perspectivas em relação à posituação da cultura afro-brasileira. Algumas escolas mencionam a importância da conscientização sobre a identidade negra e a valorização dos valores étnico-raciais em suas missões e valores, enquanto outras sequer mencionam. É preciso que o reconhecimento da diversidade seja pautado:

O reconhecimento da diversidade fortalece expectativas de que todos/as brasileiros/as vivam bem e não tenham de entrar em disputas pelo que lhes é de direito. Essas considerações que vimos tecendo, visam provocar que se examinem, avaliem, repensem e sustentem processos de mobilização da sociedade civil organizada, bem como processos acadêmicos e científicos em busca de reconhecimento da sabedoria, história, cultura e ciências produzidas pela diversidade étnico-racial dos brasileiros. Essa é uma forma respeitosa de reconhecer e valorizar as peculiaridades da identidade e história de cada pessoa brasileira, particularmente dos negros e povos indígenas, sem descuidar, é claro, dos descendentes de outros povos. Por que negros e indígenas em particular? Porque vêm, eles, sendo mantidos à margem da sociedade, desde o século XVI, quando o Brasil foi inventado (Silva, 2016, p. 21).

Reconhecer é respeitar a história de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes nos dias atuais. Reconhecer exige que as pessoas negras sejam devidamente valorizadas e respeitadas, que sua descendência africana também seja reconhecida com respeito e dignidade. Tendo empatia por todo sofrimento que pessoas negras sofrem ao longo de toda uma vida. Ser achincalhado pelo racismo desumaniza e adocece. é preciso criar condições para que os estudantes negros não sejam ultrajados pela da cor da sua pele, menosprezados por seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desestimulados de estudar (Brasil, 2004). Sendo assim, é fundamental que as

escolas revisem e reestruturem seus PPPs para garantir uma educação que realmente atenda ao que requer a Lei 10.639/2003 e das diretrizes curriculares, propagando um projeto escolar antirracista. Que se proponha em ser intencional com o conhecimento africano e afro-brasileiro, firmando compromisso em conjunto (gestores, professores, funcionários da escola, comunidade escolar), tendo em vista que a promoção de uma educação antirracista é de responsabilidade de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscamos compreender como a educação para as relações étnico-raciais tem sido enunciada nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de sete escolas públicas de Jequié-BA, a partir da Lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais.

A pergunta central da pesquisa foi: que perspectiva de educação para as relações étnico-raciais os PPP's, de algumas escolas de Jequié-Ba, enunciam? A análise documental revelou que, embora haja menções pontuais à legislação em algumas das escolas, a aplicação prática ainda é superficial e fragmentada, muitas vezes limitada a atividades isoladas no mês de novembro, sem um planejamento contínuo ao longo do ano letivo.

Enunciando assim uma perspectiva para educação das relações étnico-raciais ainda tímida, fragmentada, sem projeção de um combate efetivo às desigualdades existentes nas relações entre negros e não negros.

O objetivo geral foi analisar de que forma o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira é concebido e explicitado nos projetos político-pedagógicos de algumas escolas públicas de Jequié-Ba, e, os dados evidenciaram que não há uma estrutura sistemática para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, e a palavra "antirracista" sequer aparece nos documentos analisados. Esses exemplos demonstram a necessidade urgente de reformulação das práticas educativas, pois, sem um embasamento adequado, atividades impensadas e/ou sem reflexão crítica podem acabar reforçando discriminações em vez de desconstruí-las.

No tocante ao objetivos específicos do trabalho, destacamos que: 1) encontramos no PPP de uma escola, uma atividade desenvolvida em um projeto intitulado “como consciência negra”, onde foi confeccionado máscaras “africanas”, seguido de um desfile; 2) há PPP que nem menciona as diretrizes legais e políticas educacionais referentes ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, outras citam sua relevância no corpo do documento, e algumas anexam diretrizes juntamente com tantas outras, mas sem explicar objetivos, estratégias para instruir-se a partir dessas diretrizes.

Diante dessas constatações, reafirmamos a necessidade de revisar e reestruturar os

PPP's das escolas, garantindo que a educação para as relações étnico-raciais não seja tratada de forma pontual ou superficial, mas como um compromisso permanente da escola. Para isso, algumas ações são essenciais: Inclusão sistemática do ensino da educação para

as relações étnico-raciais no currículo escolar, com conteúdos que contemplem a diversidade cultural e histórica dos povos africanos e afro-brasileiros; Formação contínua de professores e gestores, para que possam compreender a importância da educação antirracista e aplicá-la de maneira efetiva em sala de aula; acompanhamento da implementação da Lei 10.639/2003, garantindo que as diretrizes sejam cumpridas e avaliadas periodicamente; Produção e adoção de materiais didáticos adequados, que valorizem a cultura negra sem reduzi-la apenas ao período da escravidão; Promoção de uma gestão escolar comprometida com a equidade racial, incentivando o envolvimento da comunidade escolar na construção de um ambiente verdadeiramente coletivo.

A escola, enquanto espaço de formação cidadã, precisa assumir o compromisso de combater o racismo não apenas em discursos, mas na prática diária. Uma educação antirracista não é opcional: é uma necessidade para que possamos construir uma sociedade mais justa, onde a identidade e a cultura afro-brasileira sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas.

Se o racismo é cotidiano e estrutural, a educação precisa ser igualmente cotidiana e estruturada para enfrentá-lo. Para isso, os Projetos Político-Pedagógicos devem ser reformulados, passando de documentos burocráticos para ferramentas ativas na construção de uma escola democrática, equitativa e verdadeiramente inclusiva.

Sabemos que não basta apenas um Projeto Político-Pedagógico muito bem elaborado para de fato combater o racismo, é preciso uma sucessão de comprometimento para efetivação de uma identidade escolar antirracista, mas, um projeto bem referenciado faz parte da construção dessa identidade, e é nesse aspecto que intentamos deixar nossas reflexões e possíveis contribuições.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BALTAR, P. A teoria crítica sob o olhar da decolonialidade. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 31, p. 21-47, 2020.
- BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Coleção Educação para Todos).
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015>.
- CRESWELL, J, W; CRESWELL, J, D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva; 5 ed. Porto Alegre: Penso, p.17, 2021.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/ago. 2003.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos PROCAD – Projeto de Capacitação de Dirigentes, 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Conferência Nacional de Educação para Todos, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, Luiz. A. O; SILVA, Petronilha. B. G. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação, Nº 15. Set/Out/Nov/Dez 2000.
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. *Revista Brasileira de Educação*,

maio/ago. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, R. E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico- raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1017, jul./set. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Jequié – Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>. Acesso em: 08 set. 2024.

MASO, T. F.; YATIM, L. A (de)colonialidade do saber: uma análise a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). **Paidéia - Revista do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da FUMEC**, Belo Horizonte, Ano 11, n. 16, p. 31-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/2946/0>.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004.

OLIVEIRA, Luis Fernandes de. **Faz diferença pensar uma educação antirracista na sala de aula? Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Porto Alegre, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha. B. G. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SILVA, Petronilha. B. G. Reconhecimento da história, cultura e direitos dos negros

brasileiros. In: COELHO, W.N.B.; OLIVEIRA, J.M. **Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016 (Coleção Formação de Professores & Relações Étnico-Raciais).

SILVA JÚNIOR, Antônio Carlos. **Nós do Sul na Educação Básica: sulleando a práxis docente e a educação linguística em espanhol em contexto sergipano**. 2023. 429 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Brasília, set. 2008.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ANEXOS

Links das produções desenvolvidas durante o mestrado

<http://anais2.uesb.br/index.php/cmp/article/view/1266/1157>

<http://anais2.uesb.br/index.php/sepab/article/view/671>

<http://anais2.uesb.br/index.php/sepab/article/view/718>

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/12572>